

Relatório e Contas Consolidadas 2018



Ilhas de Valor

Parceiros Profissionais

Pousada da Juventude da
Caldeira de Santo Cristo, Lda

Ilhas de Valor, S.A.

RUA DR. LUÍS BETTENCOURT, N.º 86-1º - ANDAR-FRENTE
9580-529 VILA DO PORTO
SANTA MARIA, AÇORES



Ilhas de Valor
Parceiros Profissionais

**Pousada da Juventude da
Caldeira de Santo Cristo, Lda**

ÍNDICE

1.	Empresa.....	6
1.1.	Informação Geral	6
1.2.	Órgãos Sociais	9
2.	Atividades Desenvolvidas.....	11
2.1.	Ilha de Santa Maria.....	12
2.1.1.	Parque Habitacional do Aeroporto de Santa Maria	12
2.1.2.	Incubadora do Centro de Desenvolvimento e Inovação Empresarial de Santa Maria	13
2.1.3.	Workshop “Sementes do Empreendedorismo – Valorização dos Recursos Endógenos” 13	
2.2.	Ilha Graciosa	14
2.3.	Ilha das Flores.....	14
2.3.1.	Hotel das Flores	14
2.3.2.	Centro de Interpretação Ambiental do Boqueirão	15
2.3.3.	Museu da Fábrica da Baleia do Boqueirão	16
2.4.	Ilha de São Jorge	17
2.5.	Investimento/Exploração dos Campos de Golfe da Ilha de São Miguel e da Ilha Terceira 17	
2.6.	Medidas de Apoio ao Financiamento Empresarial.....	18
2.6.1.	Linha de Crédito Açores Investe	18
2.6.2.	Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores.....	19
2.6.3.	Linha de Crédito Açores Empresas	19
2.6.4.	Linha de Crédito Açores Empresas II	20
2.6.5.	Linha de Crédito Açores Investe II.....	20
2.6.6.	Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores II	21
2.6.7.	Linha de Crédito Açores Empresas III	21
2.6.8.	Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores e Apoio à Liquidez.....	22
2.6.9.	Medidas de Apoio ao Emprego	23
2.7.	Compromissos Financeiros e Financiamento.....	24
3.	Recursos Utilizados	24
3.1.	Recursos Humanos	24
3.2.	Recursos Técnico-Investimentos	25
4.	Situação Económica – Financeira	25
4.1.	Situação Económica.....	25
4.1.1.	Proveitos.....	25

4.1.2.	Custos	26
4.1.3.	Resultados	26
4.2.	Situação Financeira.....	26
4.3.	Dados Económico – Financeiros.....	26
4.4.	Indicadores Económico – Financeiros	27
5.	Factos Relevantes após o Termo do Exercício.....	27
6.	Dívidas à Administração Fiscal e ao Centro Regional de Segurança Social	28
7.	Perspetivas.....	28
8.	Agradecimentos	28
9.	Contas	32
9.1.	Balanço consolidado.....	33
9.2.	Demonstração dos resultados consolidados por natureza	34
9.3.	Demonstração dos resultados consolidados por funções.....	35
9.4.	Demonstração dos fluxos de caixa consolidados	36
9.5.	Demonstração consolidada das alterações no património líquido	37
9.6.	Anexos às demonstrações financeiras consolidadas.....	39
9.7.	Mapas Orçamentais Consolidados	65
9.7.1.	Operações Internas – Recebimentos e pagamentos.....	67
9.7.2.	Operações Internas – Liquidações e obrigações	69
9.7.3.	Demonstração consolidada do desempenho orçamental	71
9.7.4.	Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza.....	72
10.	Relatório e Certificação Legal das Contas	73

Relatório de Gestão e Contas Consolidadas

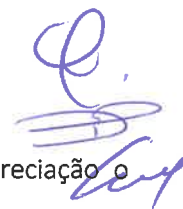
Relatório de Gestão Consolidado 2018



Ilhas de Valor

Parceiros Profissionais

Pousada da Juventude da
Caldeira de Santo Cristo, Lda



Senhores Acionistas,

Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à Vossa apreciação o Relatório de Gestão e Contas Consolidadas da “**ILHAS DE VALOR, S.A.**” referentes ao exercício económico findo em 31 de dezembro de 2018.

1. Empresa

1.1. Informação Geral



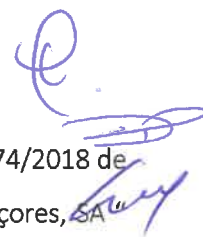
A sociedade **Ilhas de Valor, S.A.**, tem como empresa participada a Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo, Lda.

Capital: 9.000.000,00 €.

Participação no Capital Social:

O capital social é constituído por 1 800 000 Ações no valor nominal de cinco euros distribuídas da seguinte forma:

Região Autónoma dos Açores	50,56%	4.550.000,00€
Fundo Regional Apoio Coesão e Desenvolvimento Económico	49,44%	4.450.000,00€



Em 25/10/2018, de acordo com o disposto na Resolução do Conselho do Governo n.º 74/2018 de 20 de junho de 2018, ocorreu a transferência das ações das empresas “SATA – Air Açores, SA” (5.000 ações no valor de 25.000,00 euros) e “Atlânticoline, SA” (5.000 ações valor de 25.000,00 euros), para a Região Autónoma dos Açores.

O capital social da sociedade encontra-se totalmente realizado e registado correspondendo a 9 milhões de euros.

Nos termos do Decreto-Lei 192/2015, de 11 de Setembro (SNC-AP), e que nos seus aspetos essenciais, foram apropriadamente aplicadas as normas de consolidação de contas publicadas no mencionado diploma legal.

O Relatório Consolidado de Gestão apresenta de um modo geral os requisitos exigidos pelo artigo Código das Sociedades Comerciais.

Objeto social:

1 – O planeamento, a promoção e o desenvolvimento de projetos no âmbito de atividades turísticas, comerciais, industriais e outros serviços.

2 - A sociedade tem ainda como objeto social o apoio às empresas, nomeadamente:

- a) Estimular a intervenção do capital de risco no apoio às pequenas e médias empresas, privilegiando as fases iniciais do seu ciclo de vida e o investimento em projetos inovadores;
- b) Reforçar o sistema de garantia mútua e promover o alargamento da sua intervenção às empresas e projetos que, pelo seu risco e cariz inovador, apresentem maiores dificuldades na obtenção de financiamento bancário;
- c) Promover a contratualização, junto do sistema financeiro, de linhas de crédito com vista a facilitar o acesso ao financiamento por parte das PME;

d) Dinamizar a utilização de novos instrumentos, nomeadamente os instrumentos convertíveis de capital e dívida e a titularização de créditos destinados a potenciar o financiamento de pequenos projetos de PME.

3 - A prossecução dos objetivos do número anterior concretiza-se através da participação nos seguintes instrumentos de financiamento:

- a) Reforço do capital do Fundo de Contragarantia Mútuo (FCGM), criado pelo Decreto-Lei n.º 229/98, de 22 de julho;
- b) Constituição ou reforço do capital de veículos de investimento imobiliário, designadamente fundos de investimento imobiliário;
- c) Constituição ou reforço de linhas de crédito especiais, nomeadamente, com mecanismos de garantia e de bonificação parcial dos juros e outros encargos;
- d) Participação em mecanismos de prestação de garantias de financiamento.

4 – A sociedade pode, acessoriamente, explorar os serviços e efetuar as operações civis, comerciais, industriais e financeiras relacionadas direta ou indiretamente, no todo ou em parte, com o seu objeto social ou que sejam suscetíveis de facilitar ou favorecer a sua realização.

5 – Na prossecução do seu objeto, a sociedade poderá participar no capital de outras sociedades, ainda que com o objeto diferente do seu, bem como associar-se, sob qualquer forma, com quaisquer entidades singulares ou coletivas, nomeadamente para formar agrupamentos complementares de empresas, consórcios e associações em participação, agrupamentos europeus de interesse económico ou outro tipo de exercício de atividade económica.



1.2. Órgãos Sociais

Os órgãos sociais da Ilhas de Valor, S.A., à data do encerramento do exercício tinham a seguinte composição:

1 - Mesa da Assembleia-Geral:

Presidente: José de Sousa Rego

Vice-Presidente: Luís Miguel Alves Vicente da Silva Melo

Secretária: Vera Cristina Pereira Sousa

2 - Conselho de Administração:

Presidente: Lubélia Maria de Melo Figueiredo Chaves

Vogal Executivo: Diana Rosa Ávila Valadão

Vogal Executivo: Alberto da Silva Costa

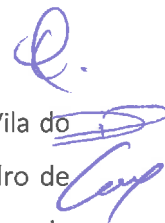
3 - Órgão de Fiscalização:

Fiscal Único - Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda, representada por Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)

Fiscal Suplente – Leopoldo Alves & Associado, SROC, representada por Leopoldo de Assunção Alves (ROC n.º 319).

Estes Órgãos Sociais foram eleitos em dezembro de 2017, com a composição e aprovação dos respetivos montantes das remunerações em Ata de Assembleia Geral n.º 88, de 15 de dezembro de 2017.

Os **principais elementos curriculares e funções** exercidas por cada membro do Conselho de Administração, e de acordo com a alínea c) do artigo 16º do mesmo Decreto Legislativo Regional, são os seguintes:



Lubélia Maria Melo Figueiredo Chaves, nascida a 26/09/1973 na freguesia e concelho de Vila do Porto, licenciada em Organização e Gestão de Empresas em 1996, pertencente ao quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Vila do Porto, desde 1 de abril de 2003 com a carreira/categoria de Técnico Superior em relação jurídica de emprego público por Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado. Encontra-se requisitada em regime de comissão de serviço desde 15/02/2006 a exercer as atuais funções de Presidente do Conselho de Administração na Ilhas de Valor, S.A..

Possui o Curso de "Formação Pedagógica de Formadores" e é Contabilista Certificada, como Membro Nº 35447 inscrita na Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, desde 1997.

Para além das funções presentes já desempenhou as abaixo mencionadas:

Vogal Administrativa do Conselho de Administração do Centro de Saúde de Vila do Porto, desempenhando as funções de Gestão Administrativa e Financeira com responsabilidade na elaboração de Orçamentos, Contas de Gerência, Inventários e procedimentos relativos à Aquisição de Bens e Serviços, à Gestão de Tesouraria, Gestão de Pessoal e Serviços Administrativos de Apoio, no período de 1 de abril de 1998 a 31 de março de 2003.

Diana Rosa Ávila Valadão, nascida a 19/01/1975 em Fontinhas, Praia da Vitória, com Curso Superior de Engenharia de Máquinas, Ramo Energia, pelo Instituto Politécnico Autónomo de Lisboa, sendo-lhe oficialmente reconhecido o grau Bacharel, concluído em 1998, exerce as funções para as quais foi confiada como Vogal do Conselho de Administração da Ilhas de Valor S.A. desde 1 de julho de 2009.

- De 1 de outubro de 1997 a 31 de dezembro de 2004, funcionária da empresa José de Meneses Pereira Valadão – metalomecânica;

- De 1 de janeiro de 2005 a 17 de novembro de 2008, funcionária e sócia da empresa José Valadão & Filhos, Lda., metalomecânica e também dedicada à construção civil;

- De novembro de 2008 a junho de 2009, foi Deputada Regional, na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores;

- Desde 1 de julho de 2009 é Vogal do Conselho de Administração da Sociedade Ilhas de Valor, S.A..

- Desde 08 de novembro de 2012 é Gerente da sociedade Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo, Lda.

Alberto da Silva Costa, nascido a 20/08/1956 em Angra do Heroísmo, com a frequência da Licenciatura de Ciência Política e Relações Internacionais na Universidade Nova de Lisboa. Exerce as funções para as quais foi confiado como Vogal do Conselho de Administração da Ilhas de Valor S.A. desde 09 de abril de 2013.

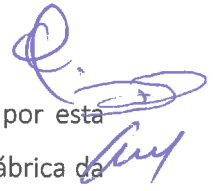
- Foi eleito Presidente da Junta de Freguesia de Vila do Porto de 1983 a 1985;
- Foi eleito Vereador da Câmara Municipal de Vila do Porto de 1985 a 1992;
- Foi eleito Presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto de 01 de novembro de 1992 até 28 de outubro de 2005;
- De outubro de 2005 a novembro de 2008, foi Deputado Regional, na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores;
- Foi Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto de 10 de janeiro de 2009 a maio de 2010.
- Desde 09 de abril de 2013 é Vogal do Conselho de Administração da Sociedade Ilhas de Valor, S.A..

A Participada Pousada da Juventude da Caldeira de Santo Cristo, Lda, a 31 de dezembro de 2018 tinha como membros da Gerência:

- Diana Rosa Ávila Valadão;
- Manuel António das Matas dos Santos.

2. Atividades Desenvolvidas

A Ilhas de Valor, S.A., sociedade anónima de capitais públicos, em 2018 manteve a sua atividade, concluindo algumas das atividades que estavam em curso e com o arranque de novos projetos. Neste contexto, a sociedade Ilhas de Valor, S.A., acompanhou, concebeu e executou políticas de estímulo ao desenvolvimento empresarial, visando o reforço da competitividade e produtividade.



Também deu continuidade ao acompanhamento da atividade dos hotéis construídos por esta empresa e concessionados posteriormente, ao funcionamento e gestão do Museu da Fábrica da Baleia do Boqueirão das Flores, à gestão e exploração dos Campos de Golfe de São Miguel e Terceira, gestão das diversas Linhas de Crédito de Apoio à Atividade Empresarial, bem como ao desenvolvimento e execução de diversos procedimentos e serviços relacionados com o património da Zona Envolvente do Aeroporto de Santa Maria transferido para a Região Autónoma dos Açores em 2013, com a venda de habitações, bem como o início da obra da Incubadora de Empresas de Santa Maria, assim como a promoção da inovação e do empreendedorismo.

Também correspondeu ao acompanhamento da atividade da empresa participada, Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo, Lda.

2.1. Ilha de Santa Maria

2.1.1. Parque Habitacional do Aeroporto de Santa Maria

Com a aprovação das condições de venda e de outras soluções para as habitações dos bairros situados na Zona do Aeroporto de Santa Maria, foi privilegiado o direito à habitação das famílias que residem naquela zona, que passaram a ter aos seu dispor diversas soluções, como a aquisição das habitações ou o arrendamento com opção de compra.

Ao longo de 2018, com base nos processos de licenciamento e nos regulamentos de venda das habitações, a Ilhas de Valor S. A., como entidade gestora dos processos em Santa Maria, deu continuidade aos contatos com todos os moradores tendo em vista a formalização do arrendamento ou venda daquelas habitações.

Além da componente da habitação, foram promovidos trabalhos de melhoramento nos acessos aos bairros, assim como a limpeza e manutenção das áreas circundantes e zonas públicas do Lugar do Aeroporto e ainda a dinamização dos espaços e áreas para outras atividades, nomeadamente turismo, comércio, indústria e cultura.

Manteve-se a limpeza e manutenção da salubridade da zona envolvente, bem como noutros espaços envolventes, zonas públicas e edificado devoluto do parque habitacional do Aeroporto, assegurando a respetiva manutenção e conservação.



ILUSTRAÇÃO 1: LIMPEZA NO BAIRRO DOS ANJOS - PHASM



2.1.2. Incubadora do Centro de Desenvolvimento e Inovação Empresarial de Santa Maria

Foi iniciado em maio de 2018 a obra da Incubadora do Centro de Desenvolvimento e Inovação Empresarial de Santa Maria, com a reabilitação do Edifício das Oficinas Gerais do Aeroporto de Santa Maria. Este investimento corresponde a um valor global de 1.881.218,51 euros (um milhão oitocentos e oitenta e um mil, duzentos e dezoito euros e cinquenta e um cêntimos), e com prazo previsto de conclusão para julho de 2019, tendo comparticipação do PO2020.

ILUSTRAÇÃO 2 E 3: OBRA DA INCUBADORA DO CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO EMPRESARIAL DE SANTA MARIA



2.1.3. Workshop “Sementes do Empreendedorismo – Valorização dos Recursos Endógenos”

Em junho de 2018 foi realizado o Workshop “Sementes do Empreendedorismo – Valorização dos Recursos Endógenos”, no Centro de Formação da SATA – Aeroporto de Santa Maria em Vila do Porto, na ilha de Santa Maria.

O Nonagon – Parque de Ciência e Tecnologia de S. Miguel, participou no Workshop com uma comunicação subordinada ao tema “incubadoras de empresas – que valor para o empreendedor?” Nesta iniciativa, foram feitas comunicações relativas aos sistemas de incentivos do Competir +, SIDART e ainda Rede de Incubadoras de Empresas dos Açores. A Sciencentris (Fibrenamics) marcou também presença, assim como vários empreendedores locais, cujos testemunhos sobre o seu percurso inspiraram os presentes.

O workshop culminou com a visita às futuras instalações da Incubadora de Empresas (em fase de obra) a ter lugar nas antigas Oficinas Gerais do Aeroporto de Santa Maria.

Esta iniciativa faz parte de um conjunto de medidas que visam a realização do mapeamento e captação de empresários e potenciais empreendedores que serão os futuros incubados e beneficiários das condições disponibilizadas por esta incubadora.

A SDEA também participou no evento, apresentando a Rede de Incubadoras de Empresas dos Açores, com vista à futura integração desta incubadora na rede, e desta forma potenciar a dinamização deste ecossistema empreendedor e impulsionador da criação de emprego e de riqueza, por via da iniciativa privada, proporcionando apoio aos empreendedores que queiram desenvolver as suas ideias de negócio e implementar projetos empresariais.

2.2. Ilha Graciosa

O turismo é visto como um dos pilares de desenvolvimento e progresso na ilha da Graciosa, apresentando-nos vários pontos de interesse turístico como a observação de aves marinhas e por isso ideal para a prática de birdwatching, e, a Furna do Enxofre na cratera de um antigo vulcão.

Para o Hotel Resort da Graciosa, unidade hoteleira de 4 estrelas, a Ilhas de Valor, S.A., tem um contrato de cessão de exploração com a Fundação INATEL desde o início do seu funcionamento em 2009. Ao longo deste período a Ilhas de Valor, S.A., acompanhou a sua atividade e manutenção com o objetivo da oferta e serviços de qualidade e diversidade no turismo da ilha Graciosa.

2.3. Ilha das Flores

2.3.1. Hotel das Flores

A Ilhas de Valor, S.A. mantém a cessão da Exploração do Hotel das Flores com a Fundação INATEL. Ao longo do ano de 2018 e anteriores, tem sido mantido o acompanhamento no funcionamento e exploração da atividade Hoteleira.

O Hotel das Flores foi um investimento basilar e que tem tido um efeito reprodutivo muito saliente no desenvolvimento da Ilha, até porque se associa a outros investimentos em infraestruturas florentinas importantes e ligadas à atividade turística, como é o caso do Museu da Baleia e Centro de Interpretação Ambiental, reforçando e impulsionando a atividade económica da ilha, gerando empregos diretos e dinamizando atividades com ela relacionadas.

ILUSTRAÇÃO 4 E 5: HOTEL DA GRACIOSA E FLORES



2.3.2. Centro de Interpretação Ambiental do Boqueirão

No Centro de Interpretação Ambiental do Boqueirão (CIAB), manteve-se o acompanhamento e parceria no desenvolvimento da atividade, como fator importante de oferta turística desta Ilha, estando a gestão e funcionamento do mesmo a cargo do departamento governamental na área do Ambiente.

Este empreendimento contribui para a valorização dos empreendimentos circundantes, como o Hotel e o Museu.

ILUSTRAÇÃO 6: INTERIOR DO CENTRO DE INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL DO BOQUEIRÃO



2.3.3. Museu da Fábrica da Baleia do Boqueirão

O Museu da Fábrica da Baleia do Boqueirão, na ilha das Flores, é um investimento efetuado na antiga unidade fabril, através da recuperação e reabilitação da mesma, localizada em Santa Cruz das Flores. Serve, assim, o objetivo da estratégia de transformar espaços que são da memória e do passado dos Açores, não apenas como locais de preservação da história, mas atribuindo-lhes uma função de alicerce da construção de um novo futuro, como polo de atração turística e cultural. Como atividades em 2018, foram realizados trabalhos de manutenção e promoção do espaço, sempre apostando na melhoria e inovação da oferta, mantendo-se o padrão de exigência da qualidade necessários para darmos resposta à procura do público interessado neste setor. Desta forma, foram realizadas obras de reabilitação, nomeadamente quanto à cobertura e claraboia do Museu.

ILUSTRAÇÃO 7 E 8: INTERIOR DO MUSEU DA FÁBRICA DA BALEIA



Procedeu-se à aquisição de diverso equipamento e mobiliário, sempre apostando na melhoria e inovação da oferta, nomeadamente com o merchandising, com vista à valorização dos produtos e estimulando as vendas no próprio local de exposição. Manteve-se esta infraestrutura em funcionamento com a manutenção de 4 postos de trabalho, tendo-se registado o interesse de cerca de 6.200 visitantes o que corresponde a uma evolução crescente em comparação com os anos anteriores.

2.4. Ilha de São Jorge

A Ilhas de Valor, S.A., detém uma participação de 60% no Capital Social da empresa Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo, Lda, através da qual possui um contrato de Cessão de Exploração com a empresa PJA- Pousadas de Juventude dos Açores, S.A..

Os resultados e contas da empresa participada, em 2018, estão consolidados nas contas da sociedade Ilhas de Valor, S.A..

2.5. Investimento/Exploração dos Campos de Golfe da Ilha de São Miguel e da Ilha Terceira

A sociedade Ilhas de Valor, S.A. desde março de 2010 explora os Campos de Golfe da ilha de São Miguel, conforme previsto no contrato de Cessão de Exploração celebrado com a Verdegolf, S.A., em 2010, e dando cumprimento ao contratualizado e aprovado em Assembleia Geral desta sociedade. A Ilhas de Valor, S.A. assumiu então todos os proveitos e custos decorrentes do funcionamento da atividade dos Campos de Golfe da ilha de São Miguel. A atividade dos Campos consiste na prática da modalidade, gestão de torneios e eventos ligados ao golfe, aulas, loja especializada denominada *proshop* e ocupação de tempos livres. Para além desta atividade, que é o *core-business* deste negócio, os Campos de Golfe também possuem duas infraestruturas sociais, denominadas *Clubhouse*, onde se desenvolvem as atividades complementares a este negócio como é o serviço de bar, restauração, festas, banquetes e apoio aos eventos.

Em 18 de outubro de 2015, foi celebrado o contrato de Cessão de exploração com o Clube de Golfe da Ilha Terceira, atendendo a que esta associação sem fins lucrativos é a única responsável pelo fomento e prática de golfe na ilha Terceira e tendo em consideração o interesse turístico do golfe

para o Turismo dos Açores. Entende-se que o Golfe trata-se de um produto capaz de gerar fluxos turísticos consideráveis, sejam integrados em eventos desportivos seja na prática individual.

Têm vindo a ser promovidos anualmente diversos eventos de golfe, que tem como objetivo consolidar o interesse dos campos de golfe dos Açores como um destino Europeu de qualidade onde se pode jogar golfe ao longo de todo o ano. Vários eventos tanto de cariz nacional como internacional vem sendo realizados, muitas vezes alternando os campos de golfe entre São Miguel e a Terceira, permitindo uma maior exposição das infra estruturas, promovendo o destino e sobretudo provocando um efeito multiplicador na economia das ilhas.

Em 2018 ocorreu a decisão de aquisição dos campos de golfe da Batalha e das Furnas à Massa Insolvente da Verdegolf, S.A., conforme objetivo do Governo Regional dos Açores para esta atividade e deliberação da Assembleia Geral da Ilhas de Valor, S.A., tendo-se desencadeado os respetivos procedimentos.

2.6. Medidas de Apoio ao Financiamento Empresarial

Relativamente às Medidas de Apoio às Empresas e conforme definido em Resolução do Conselho do Governo, a Ilhas de Valor, S.A. é a Entidade Gestora das Linhas de Apoio às Empresas (EGL). Em relação a cada uma das Linhas tem-se:

2.6.1. Linha de Crédito Açores Investe

Teve como beneficiários as empresas com sede na Região Autónoma dos Açores, que desenvolviam atividade enquadrada na lista de CAE's definida pela Entidade Gestora, com uma dotação de 40 milhões de euros.

Esta linha encerrou a 8 de novembro de 2009.

A Resolução do Conselho de Governo nº 118/2010, de 22 de julho e a Resolução nº 47/2013, de 3 de junho, vieram permitir aumentar o período de carência de capital e o prazo das operações já contratadas.

Unidade: Euros

Montante Executado até 31/12/2017	1.057.831,30
Montante Executado em 2018	34.348,56



2.6.2. Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores

Visava a realização de operações de reestruturação de dívida bancária, nomeadamente, resultante de contas correntes caucionadas, crédito ao investimento e leasing de equipamento afeto à atividade produtiva.

Esta linha encerrou a 30 de setembro de 2010.

A Resolução nº 47/2013, de 3 de junho veio permitir a introdução de um período de carência de capital de 12 meses para as operações já contratadas. Em novembro de 2014, um segundo aditamento veio permitir um alargamento do prazo da operação e/ou um novo período de carência.

Atualmente, a EGL encontra-se a gerir e a pagar as bonificações de 39 operações.

Unidade: Euros	
Montante Executado até 31/12/2017	4.614.222,18
Montante Executado em 2018	26.154,43

2.6.3. Linha de Crédito Açores Empresas

Tinha como beneficiários as empresas com sede na Região Autónoma dos Açores, que desenvolvessem atividade enquadrada na lista de CAE's definida pela Entidade Gestora, com uma dotação de 20 milhões de euros, onde constavam como operações elegíveis: financiamentos destinados à liquidação de dívida a terceiros. Os montantes de financiamento por empresa foram até 25.000,00 € (microempresas), 100.000,00 € (pequenas empresas) e 250.000,00 € (restantes empresas). O prazo das operações foi até 5 anos para todas as empresas com um período de carência de capital até 12 meses.

Esta Linha encerrou a 31 de janeiro de 2010.

A Resolução nº 47/2013, de 3 de junho veio permitir a introdução de mais um período de carência de capital de 12 meses para as operações já contratadas.

Unidade: Euros

Montante Executado até 31/12/2017
Montante Executado em 2018

882.518,39
67.394,60

2.6.4. Linha de Crédito Açores Empresas II

Teve como beneficiários as empresas com sede na Região Autónoma dos Açores, que desenvolvessem atividade enquadrada na lista de CAE's definida pela Entidade Gestora, com uma dotação de 60 milhões de euros, onde constavam como operações elegíveis: financiamentos destinados à liquidação de dívida às empresas pelos municípios regionais e empresas municipais.

Esta Linha encerrou a 15 de novembro de 2010. O prazo de todas as operações era de 24 meses, pelo que todas estão vencidas, tendo-se procedido apenas a pagamento de bonificações.

Unidade: Euros

Montante Executado até 31/12/2017
Montante Executado em 2018

818.641,28
6.035,77

2.6.5. Linha de Crédito Açores Investe II

Teve como beneficiários as empresas com sede na Região Autónoma dos Açores, que desenvolvessem atividades enquadrada na lista de CAE's definida pela Entidade Gestora, com uma dotação inicial de 40 milhões de euros, tendo sido reforçada, durante o ano de 2013, em 10 milhões de euros e posteriormente em mais 5 milhões de euros.

Esta linha encerrou a 31 de dezembro de 2013.

A Resolução nº 47/2013, de 3 de junho veio permitir a introdução de um período de carência de capital de 12 meses, para as operações já contratadas, estando a EGL atualmente a gerir e a pagar as bonificações de 250 operações.

Unidade: Euros

Montante Executado até 31/12/2017
Montante Executado em 2018

6.949.856,97
1.937.904,17



2.6.6. Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores II

Visava a realização de operações de reestruturação de dívida bancária, nomeadamente resultante de contas correntes caucionadas, crédito ao investimento e leasing de equipamentos afetos à atividade produtiva.

Esta linha encerrou a 13 de setembro de 2011.

A Resolução nº 47/2013, de 3 de junho, veio permitir a introdução de um período de carência de capital de 12 meses para as operações já contratadas, estando a empresa atualmente a gerir e a pagar as bonificações de 106 operações.

Unidade: Euros

Montante Executado até 31/12/2017	8.440.151,20
Montante Executado em 2018	801.178,85

2.6.7. Linha de Crédito Açores Empresas III

Tinha como beneficiários as empresas com sede na Região Autónoma dos Açores, que desenvolvessem atividade enquadrada na lista de CAE's definida pela Entidade Gestora, com uma dotação de 20 milhões de euros, onde constavam como operações elegíveis: financiamentos destinados à liquidação de dívida a terceiros. Os montantes de financiamento por empresa foram até 25.000,00 € (microempresas), 100.000,00 € (pequenas empresas) e 250.000,00 € (restantes empresas). O prazo das operações foi de 5 anos para todas as empresas, tendo, em qualquer caso, um período de carência de capital até 12 meses.

Esta Linha encerrou a 3 de setembro de 2012.

A Resolução nº 47/2013, de 3 de junho, veio permitir a introdução de um período de carência de capital de 12 meses para as operações já contratadas. No entanto, todas as operações já se encontram fechadas.

Unidade: Euros

Montante Executado até 31/12/2017	518.057,73
Montante Executado em 2018	53.649,20

2.6.8. Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores e Apoio à Liquidez

Visava a realização de operações de reestruturação de dívida bancária, nomeadamente, resultante de contas correntes caucionadas, crédito ao investimento e leasing de equipamentos afetos à atividade produtiva. Da operação de reestruturação da dívida bancária teria de resultar um benefício para a empresa, traduzido numa diminuição dos encargos financeiros globais a curto e médio prazo, em ordem a permitir a libertação de fundos para reforçar a sua solidez económico-financeira. Como o próprio nome indica, esta linha tinha associada uma operação de apoio à tesouraria que poderia ser efetuada ao abrigo da Linha de Crédito Açores Investe II, da Linha de Crédito Açores Empresas III ou de um novo financiamento.

Esta Linha encerrou a 30 de setembro de 2013.

A Resolução nº 47/2013, de 3 de junho, veio permitir introduzir um período de carência de capital de 12 meses para as operações já contratadas, estando a EGL a gerir e a pagar as bonificações de 163 operações, 7 das quais ainda estão ativas e beneficiam da referida Resolução. Posteriormente em novembro de 2014, foi acordado um segundo aditamento, que veio permitir um alargamento do prazo e/ou do período de carência, e que abrangeu, até ao momento, 42 empresas, estando 12 delas ainda ativas.

Tipo de Empresa	N.º Candidaturas	Aprovadas	TOTAL Financiamento €	TOTAL Trabalhadores
Micro	184	53,5%	24.304.575,31	810
Pequena	117	34,0%	34.183.613,70	1.674
Média	39	11,3%	20.524.259,32	1.530
Grande	4	1,2%	511.691,66	362
TOTAL	344		79.524.139,99	4.376

Aprovadas	344	91,0%
Desistências	24	6,3%
Não aprovada	10	2,6%

Ilha	N.º Candidaturas	Aprovadas	TOTAL Financiamento €	TOTAL Trabalhadores
SMA	0	0,0%	0,00	0
SMG	173	50,3%	49.374.639,96	2867
TER	67	19,5%	13.029.848,95	644
FAI	47	13,7%	7.803.089,16	386
PIC	18	5,2%	3.045.763,34	123
SJO	27	7,8%	3.604.888,77	201
GRA	6	1,7%	880.940,49	39
FLO	6	1,7%	1.784.969,32	116
COR	0	0,0%	0,00	0
Aprovadas	344		79.524.139,99	4.376

	Unidade: Euros
Montante Executado até 31/12/2017	5.206.256,57
Montante Executado em 2018	1.241.236,50

2.6.9. Medidas de Apoio ao Emprego

Programa de Estabilização do Emprego (PEE) - Medida excecional criada com o objetivo de apoio à atividade das empresas, através da ajuda à manutenção dos seus postos de trabalho permanentes (efetivos). O Programa foi aberto em agosto de 2013 e consistiu num empréstimo sem juros por 6 anos, com os montantes de financiamento por empresa até 25.000,00 € (microempresas) e 100.000,00 € (pequenas e médias empresas). Até ao momento, foram aprovadas pela EGL 60 candidaturas tendo esta medida abrangido 478 pessoas e disponibilizado 1,9 milhões de euros.

	Unidade: Euros
Montante Executado até 31/12/2017	49.853,44
Montante Executado em 2018	19.687,15

2.7. Compromissos Financeiros e Financiamento

Em 31 de dezembro de 2018, a empresa tinha uma responsabilidade no valor de 7.955.196,06 € (sete milhões novecentos e cinquenta e cinco mil cento e noventa e seis euros e seis cêntimos), proveniente de empréstimos a médio e longo prazo, anteriormente celebrados com as instituições financeiras Novo Banco dos Açores e CEMAH, e no presente ano 2018 celebrado com o banco Santander Totta. Também estão incluídos os financiamentos resultantes dos contratos de incentivos celebrados no âmbito do SIDER-Desenvolvimento Estratégico, para os investimentos de dois Hotéis (Graciosa e Flores).

Em relação ao financiamento bancário, procedeu-se à amortização parcial do empréstimo bancário no Novo Banco dos Açores e na CEMAH correspondendo ao total de 700.000,00 € (setecentos mil euros), como também foram suportados e pagos os custos financeiros associados ao financiamento bancário no valor de cerca de 198.790,33 € (cento e noventa e oito mil setecentos e noventa euros e trinta e três cêntimos).

A empresa Ilhas de Valor, S.A., não apresenta qualquer financiamento bancário de curto prazo no final de 2018.

No que respeita a fontes de financiamento para as ações e projetos de investimento atrás expostos é de referir que a Sociedade Ilhas de Valor, S.A., contou com um Contrato-Programa com a Região para financiamento do plano de investimentos e de atividades gerais e subjacentes à própria empresa emergentes do mesmo, do qual foi recebido o valor de 3.740.000,00 € (três milhões setecentos e quarenta mil euros), no âmbito da Coesão até 31 de dezembro de 2018.

Por outro lado, e sendo a Ilhas de Valor, S.A., entidade gestora das Linhas de Crédito de Apoio às Empresas, também contou com um Contrato-Programa no valor de 4.000.000,00 € (quatro milhões de euros).

3. Recursos Utilizados

3.1. Recursos Humanos

No final do exercício de 2018, eram 8 trabalhadores afetos aos serviços da sede Ilhas de Valor, S.A., (Santa Maria e Flores).

Sendo que a Ilhas de Valor, S.A., também contou com 69 trabalhadores afetos à exploração dos Campos de Golfe de São Miguel e Terceira.

A empresa participada, Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo, Lda não tem trabalhadores afetos.

3.2. Recursos Técnico-Investimentos

Os investimentos mais relevantes ao longo de 2018 foram ao nível do imobilizado e inclui essencialmente algum equipamento adquirido para a empresa. O valor da rubrica “*propriedade de investimento*” é o reflexo da concretização dos investimentos em 2018 pela Ilhas de Valor, S.A, nomeadamente o Museu da Fábrica da Baleia nas Flores e algumas intervenções no Hotel das Flores.

Os investimentos acumulados representam:

- **Ativo tangível** – 16.654.837,21 € (dezasseis milhões seiscientos e cinquenta e quarto mil oitocentos e trinta e sete euros e vinte e um cêntimos);
- **Propriedade de investimento** – 492.185,45 € (quatrocentos e noventa e dois mil cento e oitenta e cinco euros e quarenta e cinco cêntimos).

4. Situação Económica – Financeira

4.1. Situação Económica

4.1.1. Proveitos

Verifica-se em 2018 uma redução no que respeita às vendas e prestações de serviços, que incluem o referente à cessão de exploração dos campos de golfe, resultante do respetivo processo de insolvência da Verdegolf, S.A.. Relativamente aos Subsídios à Exploração, esta conta reflete o valor dos Contratos Programa celebrados e outros subsídios de Apoio ao Emprego no total de 3.759.585,00 € (três milhões setecentos e cinquenta e nove mil quinhentos e oitenta e cinco euros).



4.1.2. Custos

Por outro lado, a empresa regista também uma redução em fornecimentos e serviços durante 2018 quando comparado com o ano anterior, tendo-se também refletido na respetiva receita. A rubrica gastos com pessoal também registou uma ligeira variação negativa, em sequência da saída de algum pessoal afeto à cessão de exploração dos campos de golfe em São Miguel e Terceira.

4.1.3. Resultados

Rubricas	PERÍODOS	
	31/12/2018	31/12/2017
Resultados operacionais	2.609.175,21	1.308.502,90
Resultados financeiros	-198.790,33	-249.813,84
Resultados antes de impostos	2.410.384,88	1.058.689,06
Resultado líquido do exercício	1.974.614,12	845.267,73

Como podemos observar no quadro anterior, o resultado da empresa é positivo com um aumento relevante em relação ao ano anterior.

4.2. Situação Financeira

Tendo em conta uma análise comparativa e/ou evolutiva no exercício de 2017 e 2018, podemos observar e constatar o elevado valor que se encontra registado nas rubricas do Património Líquido correspondendo ao seu capital social, o que confere à empresa uma elevada solidez financeira. Por outro lado, o seu Passivo Total é inferior comparativamente a anos anteriores. Refira-se que a dívida da empresa é a longo prazo, tendo menos impacto na tesouraria da mesma.

4.3. Dados Económico – Financeiros

De seguida, apresenta-se um quadro síntese dos principais dados económico-financeiros que demonstram a situação patrimonial da empresa. Como anteriormente referimos é de salientar a



redução do passivo da Ilhas de Valor, S.A., por conta dos investimentos em curso e concluídos nos últimos anos, que tiveram também impacto nos principais indicadores financeiros da empresa.

Indicadores Relevantes	PERÍODOS	
	31/12/2018	31/12/2017
Total de Proveitos	5.175.672,50 €	4.719.441,12 €
Volume de Negócios	898.167,55 €	1.489.345,13 €
Resultados Financeiros	-198.790,33 €	-249.813,84 €
EBIT (Resultados Operacionais)	2.609.175,21 €	1.308.502,90 €
Resultados Antes de Impostos	2.410.384,88 €	1.058.689,06 €
Resultado Líquido do Exercício	1.974.614,12 €	845.267,73 €
Liquidez Geral	2,50%	2,25%
Autonomia Financeira	39,86%	34,82%
Solvabilidade	66,28%	52,42%
Endividamento	60,14%	65,18%

Como se pode observar no quadro anterior, a empresa regista um decréscimo no endividamento para os 60,14%. Por outro lado, verifica-se um aumento no grau de solvabilidade e autonomia financeira.

4.4. Indicadores Económico – Financeiros

	2018	2017
Rendibilidade operacional	290,50%	87,86%
Rendibilidade Financeira	11,87%	5,89%
Rendibilidade Económica	4,76%	2,05%
Grau de alavanca operacional	18,97%	48,35%
Grau de alavanca financeira	100,00%	100,00%
Grau de alavanca combinada	18,97%	48,35%
Liquidez Reduzida	2,44%	2,28%
Líquides Imediata	0,06%	0,02%
Grau de Cobertura de Imobilizado	97,01%	98,07%

Quanto a outros indicadores económico-financeiros, regista-se o referente ao grau de alavanca financeira mantendo-se nos 100%.

5. Factos Relevantes após o Termo do Exercício

Não existiram factos relevantes após o termo do exercício.



6. Dívidas à Administração Fiscal e ao Centro Regional de Segurança Social

A empresa não tem em mora quaisquer dívidas à Administração Fiscal nem ao Centro Regional de Segurança Social.

7. Perspetivas

Durante o ano de 2019 devem continuar algumas das atividades já iniciadas nos anos anteriores e o desenvolvimento das estratégias mais apropriadas para que, em cada ilha, se desenvolvam os investimentos mais adequados, sem descuidar o contínuo apoio às empresas e empresários na Região.

Assim, esta Sociedade, para além de dar continuidade aos projetos definidos e iniciados anteriormente, propõe desenvolver as seguintes ações:

- * Continuar a analisar e acompanhar as necessidades de investimento em cada uma das ilhas, a fim de ser ponderada e estudada a possibilidade de a Sociedade Ilhas de Valor, S.A. contribuir para o desenvolvimento das mesmas.

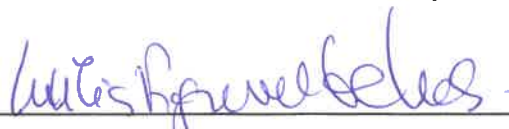
- * Desencadear os procedimentos para a conclusão e entrada em funcionamento da Incubadora do Centro de Desenvolvimento e Inovação Empresarial de Santa Maria, com o processo de integração na Rede de Incubadoras dos Açores e com a divulgação e contratualização dos futuros empreendedores e ocupantes desta relevante infraestrutura.

8. Agradecimentos

No encerramento de mais um ano de atividade, este Conselho de Administração manifesta o seu agradecimento às entidades e empresas com que a Ilhas de Valor, S.A., se tem relacionado, bem como a todos os acionistas, os demais órgãos sociais, e em especial aos nossos colaboradores e trabalhadores pela disponibilidade, dedicação e empenho demonstrados.

Vila do Porto, 04 de abril de 2019

O Conselho de Administração



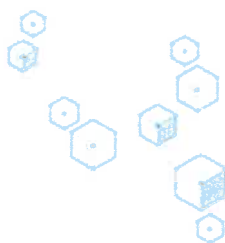




Relatório de Gestão e Contas Consolidadas

CONTAS

2018



Ilhas de Valor
Parceiros Profissionais

Pousada da Juventude da
Caldeira de Santo Cristo, Lda



Ilhas de Valor
Parcerias Profissionais

**Pousada da Juventude da
Caldeira de Santo Cristo, Lda**



9. Contas

- ✓ 9.1. Balanço consolidado
- ✓ 9.2. Demonstração dos resultados consolidados por natureza
- ✓ 9.3 Demonstração dos resultados consolidados por funções
- ✓ 9.4. Demonstração dos fluxos de caixa consolidados
- ✓ 9.5. Demonstração consolidada das alterações no património líquido
- ✓ 9.6. Anexos às demonstrações financeiras consolidadas
- ✓ 9.7. Mapas Orçamentais

9.1. Balanço consolidado

Balanço Consolidado em 31-12-2018

(Montantes em euros)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2018	31/12/2017
ACTIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	16.654.837,21	12.925.742,24
Propriedades de Investimento	6	492.185,45	1.576.479,87
Ativos Intangíveis	7	0	0
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	8	0	0
		17.147.022,66	14.502.222,11
Ativo corrente			
Inventários	9	65.086,89	64.406,38
Clientes	10	160.308,03	146.415,04
Adiantamentos a fornecedores	14	0	0
Estado e outros entes públicos	11	8.223,35	183.287,32
Outras contas a receber	10	23.480.847,12	25.763.308,56
Diferimentos	12	176,66	0
Caixa e depósitos bancários	4	614.727,02	184.622,41
		24.329.369,07	26.342.039,71
Total do ativo		41.476.391,73	40.844.261,82
PATRIMÓNIO LIQUIDO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	22	9.000.000,00	9.000.000,00
Reservas legais	22	620.000,00	577.000,00
Ajustamentos em Ativos Financeiros	22	27.703,82	272.738,86
Outras Variações no Capital Próprio	22	584.828,34	933.695,56
Resultados Transitados	22	4.060.827,71	2.061.516,48
Resultado líquido do período	22	1.974.614,12	845.267,73
Interesses que não controlam	22	366.941,55	531.896,23
Total do Património Líquido	DACP	16.634.915,54	14.222.114,86
Passivo			
Passivo não corrente			
Estado e outros entes públicos	11	0	0
Financiamentos obtidos	13	8.239.188,13	8.226.262,26
Passivos por Impostos Diferidos	14	0	212.883,43
Outras contas a pagar	14	6.650.000,00	6.650.000,00
		14.889.188,13	15.089.145,69
Passivo corrente			
Fornecedores	14	48.945,38	117.415,55
Adiantamentos de clientes		0	0
Estado e outros entes públicos	11	300.442,53	52.174,73
Financiamentos obtidos	13	0	455.000,00
Outras contas a pagar	14	9.602.900,15	10.908.410,99
Diferimentos		0	0
		9.952.288,06	11.533.001,27
Total do passivo		24.841.476,19	26.622.146,96
Total do Património Líquido e do passivo		41.476.391,73	40.844.261,82

O Contabilista Certificado n.º 456

Fernando Sousa

A Administração
[Assinatura]

Diana Vabado
[Assinatura]

9.2. Demonstração dos resultados consolidados por natureza

Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas do período de 2018

(Montantes em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	15	898.167,55	1.489.345,13
Subsídios á Exploração	23	3.759.585,00	2.646.346,57
Variação nos Inventários de Produção		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	(205.493,55)	(173.599,68)
Fornecimentos e serviços externos	16	(494.850,43)	(632.690,14)
Gastos com o pessoal	17	(1.396.799,41)	(1.416.781,66)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/Reduções de Justo Valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	18	517.920,05	583.749,42
Outros gastos e perdas	19	(59.409,94)	(257.208,66)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		3.019.119,27	2.239.160,98
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6/7	(409.944,06)	(930.658,08)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2.609.175,21	1.308.502,90
Juros e rendimentos similares obtidos	20	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	21	(198.790,33)	(249.813,84)
Resultado antes de impostos		2.410.384,88	1.058.689,06
Imposto sobre o rendimento do período	24	(443.205,80)	(221.167,43)
Resultado líquido do período		1.967.179,08	837.521,63
Resultados líquidos do período atribuível a Interesses Minoritários	24	7.435,04	7.746,10
Resultado líquido do período		1.974.614,12	845.267,73

O Contabilista Certificado n.º 456

Fernando Soares

A Administração
Luís Almeida

Diana Valadares

9.3. Demonstração dos resultados consolidados por funções

(Montantes em euros)

Rubricas	PERÍODOS	
	2018	2017
Demonstração de resultados Consolidada por Funções		
	Contribuinte:	512093601
Rubrica	31-12-2018	31-12-2017
Vendas e serviços prestados (a)	898.167,55	1.489.345,13
Custo das vendas e dos serviços prestados (b)	-700.343,98	-806.289,82
Resultado bruto	197.823,57	683.055,31
Outros rendimentos	4.277.505,05	3.230.095,99
Gastos de distribuição	0,00	0,00
Gastos administrativos	-1.866.153,41	-2.604.648,40
Gastos de investigação e desenvolvimento	0,00	0,00
Outros gastos	0,00	0,00
Resultado operacional	2.609.175,21	1.308.502,90
Gastos de financiamento (líquidos)	-198.790,33	-249.813,84
Resultados imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos (3)	0,00	0,00
Rendimentos de investimentos financeiros (3)	0,00	0,00
Perdas de imparidade e suas reversões (3)	0,00	0,00
Ganhos (perdas) cambiais (3)	0,00	0,00
Resultado antes de impostos	2.410.384,88	1.058.689,06
Imposto sobre o rendimento do período	-443.205,80	-221.167,43
Resultado líquido do período	1.967.179,08	837.521,63
Resultado das atividades descontinuadas (líquidos de impostos)	0,00	0,00
Incluído no resultado líquido do período		
Resultado líquidos do período atribuível a: (2)	1.974.614,12	845.267,73
Detentores do capital da empresa-mãe		
Interesses minoritários	-7.435,04	-7.746,10

O Contabilista Certificado n.º 456

Fernando Soares

A Administração
Luís Aguiar
Diana Valada
António

9.4. Demonstração dos fluxos de caixa consolidados

Demonstração Dos Fluxos De Caixa Consolidados - Método Direto

(Montantes em euros)

Rubricas	PERÍODOS	
	2018	2017
Fluxo das actividades operacionais		
Recebimentos de clientes	1.115.782,66	1.152.670,37
Pagamentos a fornecedores	1.382.810,50	1.057.711,84
Pagamentos ao pessoal	1.396.799,41	1.481.781,68
Caixa gerada pelas operações	-1.663.827,25	-1.386.823,15
Pagamentos/recebimento do imposto s/rendimento	214.043,10	387.588,62
Outros pagamentos/recebimentos actividade operacional	-578.571,02	-247.801,78
Fluxo de caixa das actividades operacionais	-2.456.441,37	-1.247.036,31
Fluxo das actividades de investimento		
Pagamentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis	447.951,00	41.290,42
Activos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Subsídios de investimento	0,00	0,00
Outros activos	0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis	0,00	0,00
Activos intangíveis, investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros activos	0,00	0,00
Subsídios ao investimento	476.478,40	473.478,38
Juros e rendimentos similares	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Fluxo de caixa das actividades de investimento	28.527,40	432.187,96
Fluxo das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	4.388.015,60	970.386,81
Realizações de capital e out. instrumentos de capital próprio	0,00	0,00
Cobertura de prejuízos	0,00	0,00
Doações	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	3.851.685,00	2.646.346,57
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	5.190.079,82	2.456.386,81
Juros e custos similares	191.602,30	248.607,62
Dividendos	0,00	0,00
Reduções de capital e out. instrumentos de capital próprio	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
Fluxo de caixa das actividades de financiamento	2.858.018,48	911.738,95
Variação da caixa e seus equivalentes	430.104,51	96.890,60
Efeito das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	184.622,51	87.731,91
Caixa e seus equivalentes no fim do período	614.727,02	184.622,51

O Contabilista Certificado n.º 456

Fernando Serra

A Administração

Luís Fernandes
Diana Várzea
Pág. 36

9.5. Demonstração consolidada das alterações no patrimônio líquido

Demonstração Consolidada das Alterações no Patrimônio Líquido do período de 2017

(Montantes em euros)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Realizado	Reservas Legais	Resultados Transferidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras instruções no capital próprio	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	1	9.000.000	577.000	6.687.592	4.083.664	1.282.563	-368.616	21.262.203	0	21.262.203
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Primeira adoção de novo referencial contabilístico								0		0
Aplicação dos resultados do período anterior				368.616			368.616	0		0
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								0		0
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	2	9.000.000	577.000	6.318.976	4.083.664	1.282.563	0	21.262.203	0	21.262.203
RESULTADO INTEGRAL	3						845.268	845.268		845.268
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	4=2+3						845.268	22.107.471	0	22.107.471
Realizações de Capital								0		0
Distribuições								0		0
Interesses que não controlam								0		0
Outras operações				-4.257.460	-3.810.925	-348.867		-8.417.252		531.896
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2017	5	0	0	0	0	0	0	0	0	-8.417.252
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2015	6=1+2+3+5	9.000.000	577.000	2.061.517	272.739	933.696	845.268	13.690.219	531.896	14.222.115

O Contabilista Certificado n.º 456

Amândio Silva

A Administração

Walter Mendonça
Diana Valadares

Pág. 37

Demonstração Consolidada das Alterações no Património Líquido do período de 2018

(Montantes em euros)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Realizado	Reservas Legais	Resultados Transitados	Ajustamentos em alíquotas Indicadoras	Outros instrumentos no capital próprio	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	7	9.000.000	577.000	2.061.517	272.739	933.696	845.268	13.690.219	531.898	14.222.115
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Primeira adoção de novo referencial contabilístico								0		0
Aplicação dos resultados do período anterior							0	0		0
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								0		0
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8	9.000.000	577.000	2.061.517	272.739	933.696	845.268	13.690.219	531.898	14.222.115
RESULTADO INTEGRAL	9						1.974.614	1.974.614		1.974.614
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	10=8+9						1.974.614	15.664.833	0	19.922.293
Realizações de Capital								0		0
Distribuições							0	0		0
Interesses que não controlam								0		0
Outras operações			43.000	1.999.311	-245.025	-348.867	-845.268	603.141	-164.955	366.942
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2018	11	0	0				0	-3.654.318	0	-3.654.318
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2016	12=7+8+9+11	9.000.000	620.000	4.060.828	27.704	584.829	1.974.614	16.267.974	366.943	16.634.916

O Contabilista Certificado n.º 456

A Administração

Luíza Fernandes
Diana Veloso

9.6. Anexos às demonstrações financeiras consolidadas

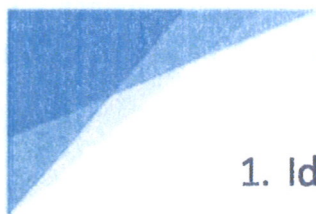
Exercício Económico de 2018

O Contabilista Certificado n.º 456

Fernando Gomes

A Administração

Helena Fernandes
[Signature]



1. Identificação da Entidade

1.1 — Designação da entidade: *Ilhas de Valor S.A.*

1.2 — Sede: *Rua DR Luís Bettencourt 86 – 1º, Vila do Porto*

1.3 — Natureza da atividade: *planeamento, promoção e desenvolvimento de projetos no âmbito de atividades turísticas, comerciais, industriais e outros serviços*

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeira

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidas de acordo com as disposições do Sistema de Normalização Contabilística (SNC AP), aprovado pelo Dec. Lei n.º 192/2015.

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas.

De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por “NCRF”.

De referir que as contas ora apresentadas referem-se às contas consolidadas.

Sempre que o SNC AP não responda a aspetos particulares de transações ou situações, são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, e as Normas Internacionais de Contabilidade que incluem os *International Accounting Standards* (“IAS”) emitidos pela *International Standards Committee* (“IASC”), os *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), e respetivas interpretações “IFRIC” emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (“IFRIC”) e *Standing Interpretation Committee* (“SIC”).



2.2. Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas na nota 3. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário. Não houve derrogações das disposições do SNC.

2.3. Moeda das demonstrações financeiras

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR).

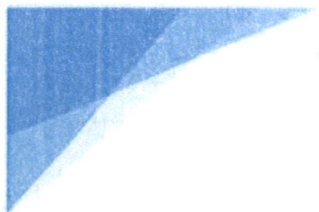
3. Principais Políticas Contabilísticas

3.1. Saldos e transações em moeda estrangeira

Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes à data da demonstração da posição financeira, publicadas pelo Banco de Portugal. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, são registados como rendimentos e gastos na demonstração de resultados do período.

3.2. Investimentos em empresas subsidiárias e associadas (Equivalência Patrimonial)

Os investimentos em subsidiárias e associadas que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda ou incluídos num grupo para alienação que esteja classificado como



[Handwritten signatures and initials]

ativos não correntes detidos para venda, são reconhecidos pelo método da equivalência patrimonial.

Os investimentos representativos de partes de capital em empresas subsidiárias e associadas encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial e que corresponde ao valor registado naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os dividendos atribuídos pelas empresas associadas e subsidiárias são registados como rendimentos financeiros, na medida em que resultam de lucros gerados após a sua aquisição. Os dividendos atribuídos que excedam aqueles lucros são registados como uma diminuição do valor do investimento efetuado.

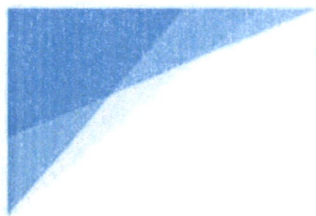
Tratando-se de dividendos obtidos de empresas do grupo e subsidiárias a que é aplicado o método da equivalência patrimonial, são ajustados diretamente na conta de investimentos financeiros.

É também de referir que quando a proporção da empresa nos prejuízos acumulados da participada excede o valor pelo qual o investimento se encontra escriturado, o investimento é relatado pelo valor nulo.

3.3. Investimentos em empresas associadas e outras empresas (Método do Custo)

Os investimentos representativos de partes de capital em empresas associadas e outras empresas encontram-se registados ao custo de aquisição que inclui o valor pago acrescido de despesas de transação ou ao custo considerado na data de transição para as NCRF, e que corresponde ao valor registado naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal. Os investimentos são mantidos ao custo de aquisição ou ao custo considerado, deduzido, quando aplicável, de perdas de imparidade estimadas.

As prestações suplementares concedidas pela Empresa a empresas associadas e outras empresas são registadas pelo respetivo valor nominal. Estas prestações são adicionadas ao valor dos investimentos em empresas associadas e outras empresas devido ao seu carácter permanente, não vencendo juros e de acordo com a legislação comercial aplicável, só podem ser restituídos à



(Handwritten signatures and initials)

Empresa desde que os capitais próprios dessas empresas não fiquem inferiores à soma do capital e das reservas não distribuíveis após a restituição.

Os dividendos atribuídos pelas empresas associadas e outras empresas são registados como rendimentos.

3.4. Outros ativos correntes

Os outros ativos correntes são reconhecidos inicialmente pelo seu valor nominal e são apresentados deduzidos de eventuais perdas por imparidade. A perda por imparidade destes ativos é registada quando existe evidência objetiva de que não se irão cobrar todos os montantes devidos, de acordo com os termos originalmente estabelecidos para liquidação das dívidas de terceiros. O montante da perda corresponde à diferença entre o valor nominal e o valor estimado de recuperação e é reconhecido na demonstração de resultados do exercício.

3.5. Caixa e seus equivalentes

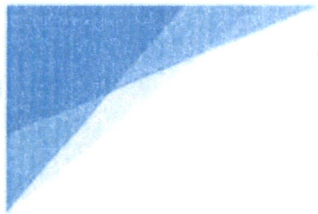
Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

3.6. Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor recebido líquido de despesas com a emissão desses empréstimos.

As despesas com a emissão de empréstimos são reconhecidas pelo método do custo na demonstração de resultados ao longo do período de duração dos empréstimos.

Os encargos financeiros com juros bancários e despesas similares, nomeadamente imposto do selo, são registados na demonstração de resultados de acordo com o regime do acréscimo



(periodização económica) dos exercícios encontrando-se os montantes vencidos e não liquidados à data do fecho de contas classificados na rubrica "Outros passivos correntes".

3.7. Clientes e dívidas de terceiros

As dívidas de clientes e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável, sendo este o valor presente dos "cash-flows" esperados, descontados à taxa efetiva, as quais são reconhecidas na demonstração de resultados do período em que são estimadas.

3.8. Ativos fixos tangíveis

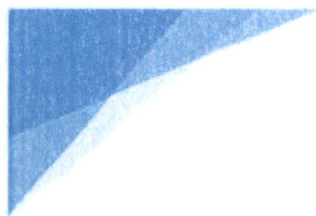
Os ativos fixos tangíveis estão relevados pelos valores que resultaram da sua aquisição acrescidos de todos os gastos necessários para a sua utilização (colocação no local de uso) líquidos das respetivas depreciações acumuladas e perdas de imparidade.

Os ganhos ou perdas na alienação são determinados pela comparação da receita obtida com o valor contabilístico e reconhecida a diferença nos resultados operacionais. Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos fixos são registados como gastos do exercício em que ocorrem.

Os gastos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a sociedade. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como gastos à medida que são incorridas de acordo com o regime de acréscimo.

A sociedade procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.



[Handwritten signature]

Os terrenos não são amortizados. As depreciações dos ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

<i>Número de anos</i>	
Edifícios e outras construções	5 a 20
Equipamento básico	3 a 20
Equipamento de transporte	4 a 16
Equipamento administrativo e utensílios	3 a 12

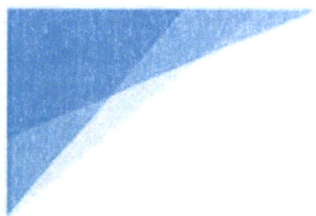
3.9. Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; e como (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais. Os pagamentos efetuados pela Sociedade à luz dos contratos de locação operacional são registados nos gastos dos períodos a que dizem respeito.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo é registado como um ativo fixo tangível, ao mais baixo do valor presente das rendas futuras ou do justo valor do ativo na data do contrato, por contrapartida da responsabilidade correspondente. Os ativos são depreciados de acordo com a sua vida útil estimada, as rendas são registadas como uma redução das responsabilidades (passivo) e os juros



e a depreciação do ativo são reconhecidos como gastos na demonstração consolidada de resultados do período a que dizem respeito.

3.10. Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os gastos de compra, gastos de conversão e outros gastos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos gastos de venda.

As saídas de armazém (consumos) são valorizadas ao custo médio ponderado e FIFO.

Os inventários compreendem as matérias-primas subsidiárias e de consumo, as quais estão contabilizadas ao custo de aquisição, os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso, os quais estão valorizados ao custo de produção.

3.11. Rédito e regime do acréscimo

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de contabilidade em regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos.

O método usado na mensuração do rédito foi o método da percentagem de acabamento das obras, nos contratos de construção.

Os juros e rendimentos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e de acordo com a taxa de juro efetiva aplicável.



3.12. Resultados financeiros

Os resultados financeiros incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas, os dividendos recebidos, os ganhos e perdas resultantes de diferenças de câmbio, os ganhos e perdas realizados, assim como as variações de justo valor relativas a instrumentos financeiros e as variações de justo valor dos riscos cobertos, quando aplicável.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo.

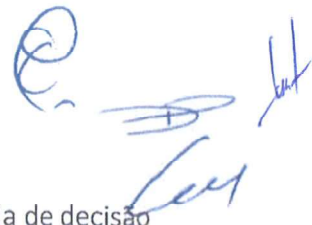
3.13. Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 16,8%. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2014 a 2018 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação baseia-se no plano de negócios da Empresa, periodicamente revisto e atualizado.

3.14. Principais fontes de incerteza das estimativas



A NCRF requer que sejam efetuados julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, rendimentos e gastos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos rendimentos e gastos reais.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado, os resultados reportados pela sociedade poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. A administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da sociedade e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

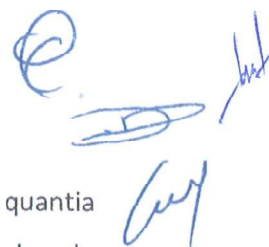
Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

3.15. Imparidade de ativos, excluindo goodwill

A Empresa efetua avaliações de imparidade dos seus ativos tangíveis e intangíveis sempre que ocorra algum evento ou alteração que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de tais indícios, a Empresa procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da perda por imparidade.

O valor recuperável é estimado para cada ativo individualmente ou, no caso de tal não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

O valor recuperável é determinado pelo valor mais alto entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros atualizados com base em taxas de desconto que reflitam o valor atual do capital e o risco específico do ativo.



Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade na demonstração de resultados do período a que se refere. Quando uma perda por imparidade é subsequentemente revertida, o valor contabilístico do ativo é atualizado para o seu valor estimado. Contudo, a reversão da perda por imparidade só pode ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, líquida de amortização, caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida de imediato na demonstração de resultados.

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efetuada pela sociedade da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

3.16. Classificação da demonstração da posição financeira

São classificados, respetivamente, no ativo e no passivo como correntes, os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a menos de um ano da data da demonstração da posição financeira.

3.17. Eventos subsequentes

Os eventos após a data de fecho do ano que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data de fecho do ano são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data de fecho do ano que proporcionem informação adicional sobre as condições que ocorrem após a data de fecho do ano são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.



4. Fluxos de Caixa

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os movimentos ocorridos nos fluxos de caixa, foram como segue:

	<u>31-dez-18</u>	<u>31-dez-17</u>
Caixa	7.512,18	7.005,59
Depósitos à ordem	607.214,84	177.616,82
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	614.727,02	184.622,41
Outros ativos financeiros	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes	614.727,02	184.622,41

Os saldos de caixas e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

5. Alterações de Políticas Contabilísticas e Estimativas

Durante o exercício de 2018, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas relativamente às utilizadas na preparação e apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, nem foram reconhecidos erros materiais relativos a períodos anteriores.

A revisão de uma estimativa de um período anterior não é considerada como um erro. As alterações de estimativas apenas são reconhecidas prospectivamente em resultados e são alvo de divulgação quando o impacto é materialmente relevante. As estimativas são determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

6. Ativos Tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas de imparidade foram como segue

	Terrenos e Edifícios	Equipamentos Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Activos Fixos Tangíveis	A. F. Tangíveis em Curso	Total dos Activos Fixos Tangíveis
Activo bruto:							
Saldo inicial a 31-12-2017	20.037.731,97	674.438,29	64.902,75	229.753,89	308.434,10	0,00	21.315.261,00
Investimento	0,00	2.825,41	0,00	0,00	0,00	0,00	2.825,41
Desinvestimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desreconhecimento SNC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e abates	0,00	0,00	0,00	0,09	0,00	0,00	0,09
Saldo final a 31-12-2018	20.037.731,97	677.263,70	64.902,75	229.753,98	308.434,10	0,00	21.318.086,50

A variação nos ativos fixos tangíveis foi na aquisição de material no valor de 2.825,41 euros.

Depreciações do exercício e Acumuladas

Depreciações e perdas por imparidades acumuladas							
Saldo inicial a 31-12-2017	7.209.801,84	599.618,15	64.902,75	208.458,09	306.739,84	0,00	8.389.520,67
Depreciações e perdas de imparid. do período	381.075,21	23.453,73	0,00	5.415,12	0,00	0,00	409.944,06
Transferências e abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desreconhecimento SNC	4.166.348,18	-31.423,47	0,00	2.986,40	-1.695,67	0,00	4.136.215,44
Saldo final a 31-12-2018	3.424.528,87	654.495,35	64.902,75	210.886,81	308.435,51	0,00	4.663.249,29

As depreciações dos ativos tangíveis fixos foram no montante de 930.658,08 euros.

Valor líquido							
A 31-12-2017	12.827.930,13	74.820,14	0,00	21.295,80	1.694,26	0,00	12.925.740,33
A 31-12-2018	16.613.203,10	22.768,35	0,00	18.867,17	-1,41	0,00	16.654.837,21

Fase às aquisições, amortizações do exercício e a aplicação do desreconhecimento pela aplicação do decreto-lei 192/2015, o valor líquido dos ativos passou 12.925.740,33 euros para 16.654.837,21 euros.

Propriedades de Investimento

	Terrenos e	Equipamentos	Equipamento	Equipamento	Outros	A. F.	
	Edifícios	Básico	Transporte	Administrativo	Ativos	Tangíveis	A. F. Tangíveis
					Fixos	em Curso	em Curso
					Tangíveis		
Ativo bruto:							
Saldo inicial a 31-12-2017	1.576.479,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.576.479,87
Investimento	492.185,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	492.185,45
Desinvestimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desreconhecimento SNC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e abates	-1.576.479,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.576.479,87
Saldo final a 31-12-2018	492.185,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	492.185,45

Nos ativos fixos tangíveis em curso, ocorreu a concretização nos seguintes investimentos:

- Incubadora do Centro de Desenvolvimento e Inovação Empresarial no valor de 427.068,78 euros;
- Museu da Fábrica da Baleia do Boqueirão no valor de 65.116,67 euros.

7. Ativos Intangíveis

Ativos Intangíveis	Projetos Desenvolvimento	Total dos Ativos Fixos Intangíveis
Ativo bruto:		
Saldo inicial a 31-12-2017	383.991,32	383.991,32
Investimento	0,00	0,00
Desinvestimento	0,00	0,00
Desreconhecimento SNC	0,00	0,00
Transferências e abates	0,00	0,00
Saldo final a 31-12-2018	383.991,32	383.991,32

Sem alteração nos ativos fixos intangíveis.

Depreciações e perdas por imparidades acumuladas		
Saldo inicial a 31-12-2017	383.991,32	383.991,32
Depreciações e perdas de imparidades do período	0,00	0,00
Transferências e abates	0,00	0,00
Desreconhecimento SNC	0,00	0,00
Saldo final a 31-12-2018	383.991,32	383.991,32

Os ativos fixos intangíveis estão totalmente amortizados.

8. Participações Financeiras

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os movimentos ocorridos foram como segue:

- Sem participações financeiras em 2018.

9. Inventários

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os movimentos ocorridos foram como segue:

Matérias-primas	31-dez-18	31-dez-17
Inventário inicial m/p	48.588,93	34.309,39
Compras de m/p	203.695,69	182.909,24
Inventário final mercadorias	47.103,61	48.588,93
Custo M. V. e M. C.	205.181,01	168.629,70

Mercadorias	31-dez-14	31-dez-13
Inventário inicial m/p	15.817,45	15.785,14
Compras de m/p	2.478,37	5.002,29
Inventário final mercadorias	17.983,28	15.817,45
Custo M. V. e M. C.	312,54	4.969,98

Inventário final mercadorias	65.086,89	64.406,38
Custo Total M. V. e M. C.	205.493,55	173.599,68



Referente à compra de mercadorias e matérias-primas relacionadas com a exploração normal da atividade de restaurante, bar e golfe, e com o Museu das Flores.

10. Clientes e Contas a Receber

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os saldos ocorridos foram como segue:

	<u>31-dez-18</u>	<u>31-dez-17</u>
Clientes c/c	160.308,03	146.415,04
Clientes Golfe São Miguel	90.215,36	67.238,86
Clientes Golfe Terceira	19.435,64	28.879,21
Clientes Ilhas de Valor	50.657,03	50.296,97

O saldo global de clientes em 2018 é de 160.308,03 euros e em 2017 foi 146.415,04 euros.

<u>Outras contas a receber</u>	<u>31-dez-18</u>	<u>31-dez-17</u>
Outros devedores por acréscimos	0,00	0,00
Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Outras contas a receber	23.480.847,12	25.763.308,56
Total	23.480.847,12	25.763.308,56

Em anexo quadro complementar com pormenorização dos valores apresentados:

Outros Devedores	23.480.847,12	25.763.308,56
Adiantamentos a fornecedores	0	212,40
Remunerações	594,87	212,40
Fundo garantia - linha Açores Investe	3.000.000,00	3.000.000,00
Fundo garantia - linha Açores Empresas	1.000.000,00	1.000.000,00
Fundo garantia - linha Açores Investe II	4.500.000,00	4.500.000,00
Fundo garantia - linha Açores Empresas III	400.000,00	400.000,00
Diversas Linhas	485.051,09	474.112,86
Linha Açores Investe	289.244,97	321.730,45
Linha Reestruturação		124.104,06

Verdegolf		1.307.744,25
Linha Açores Empresas II	51.888,84	57.924,61
Pousada da Juventude São Jorge		0
Linha Açores Empresas I	40.472,55	54.242,73
Linha Reestruturação II	936.155,98	1.280.118,36
Linha Reestruturação III	1.644.202,38	1.666.267,82
Linha Açores Investe II	1.408.519,04	2.663.486,02
Linha Açores Empresas III	44.927,74	96.776,14
Linha Empresas PVE	7.736.505,28	8.487.639,21
Programa Estabilização do Emprego	129.571,45	95.674,37
Linha Açores Empresas III	5.631,95	0
Clube Golfe Terceira	75.000,00	25.000,00
Verde Coragem Clube	300	300
Linha Reestruturação	121.405,62	0
Linha Açores Empresas II	84.454,09	78.418,32
Linha Açores Empresas I	54.622,12	40.851,94
Linha Reestruturação II	432.667,40	88.705,02
Massa Insolvente Verdegolf	740.000,00	0,00
Vencimentos/Impostos 2013 a 2017	18.152,33	0,00
Massa Insolvente Verdegolf	281.479,42	0,00

11. Estado e Outros Entes Públicos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os saldos ocorridos foram como segue:

<u>Saldos devedores</u>	<u>31-dez-18</u>	<u>31-dez-17</u>
IRC	0,00	170.451,19
Imposto sobre o valor acrescentado	8.223,35	12.836,13
Total	8.223,35	183.287,32

<u>Saldos credores</u>	<u>31-dez-18</u>	<u>31-dez-17</u>
Retenções na fonte de terceiros	10.965,22	10.407,82
Imposto estimado	233.581,25	0,00
Contribuições para Segurança Social	54.241,16	41.483,18
Iva	1.654,90	283,73
Imposto selo	0,00	0,00
Total	300.442,53	52.174,73



A sociedade não tem dívidas em mora ao Estado nem à Segurança Social. Os Impostos por regra são liquidado no mês seguinte ao que dizem respeito.

12. Diferimento de Gastos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os saldos ocorridos foram como se segue:

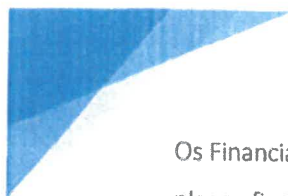
<u>Gastos a reconhecer</u>	<u>31-dez-18</u>	<u>31-dez-17</u>
Seguros	176,66	0,00
Outros gastos a reconhecer	0,00	0,00
Total	176,66	0,00

13. Financiamentos Obtidos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os saldos ocorridos foram como segue:

<u>Financiamentos obtidos não corrente</u>	<u>31-dez-18</u>	<u>31-dez-17</u>
<u>Empréstimos bancários</u>		
BANIF Sider Flores	582.425,03	698.910,03
BANIF Sider Graciosa	772.771,03	927.325,23
CEMAH	3.000.000,00	3.500.000,00
Novo Banco dos Açores	2.900.000,00	3.100.000,00
TOTTA SANTANDER	700.000,00	0,00
Financiamento DRAIC - Pousada	283.992,07	0,00
Total	8.239.188,13	8.226.235,26

<u>Financiamentos obtidos corrente</u>	<u>31-dez-18</u>	<u>31-dez-17</u>
<u>Empréstimos bancários</u>		
Caucionada BES	0,00	455.000,00
Total	0,00	455.000,00



[Handwritten signature]

Os Financiamentos a médio e longo prazo encontram-se em cumprimento e de acordo com os planos financeiros para cada banco.

14. Fornecedores e Outras Contas a Pagar

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os saldos ocorridos foram como segue:

	<u>31-dez-18</u>	<u>31-dez-17</u>
<u>Fornecedores conta corrente</u>		
Fornecedores Golfe São Miguel	22.667,33	58.885,31
Fornecedores Golfe Terceira	7.681,67	14.919,07
Fornecedores Ilhas de Valor	18.419,98	43.611,17
Fornecedores Pousada	176,40	0,00
Total	48.945,38	117.415,55

O saldo de fornecedores em 2018 é de 48.945,38 euros e em 2017 era de 117.415,55 euros.

<u>Outras contas a pagar - Corrente</u>	<u>31-dez-18</u>	<u>31-dez-17</u>
<u>Credores por acréscimos de gastos</u>		
Remunerações a liquidar	166.333,79	178.981,56
Juros a liquidar	7.357,79	13.296,22
Remunerações a liquidar e Sindicato	68.881,90	150,00
Total	242.573,48	192.427,78

<u>Outros credores - Corrente</u>		
Linhas Crédito Bancos	9.186.051,19	10.715.888,18
Impostos diferidos	118.090,34	0,00
Impostos diferidos pousada	14.744,71	0,00
Fornecedores de Investimentos	41.440,43	95,04
Total	9.360.326,67	10.715.983,22

<u>Outros credores - Não Corrente</u>	<u>31-dez-18</u>	<u>31-dez-17</u>
Linhas de Crédito	6.650.000,00	6.650.000,00
Total	6.650.000,00	6.650.000,00



Outras contas a pagar no valor de 242.573,48 euros, outros credores corrente no montante de 9.360.326,67 euros, e outros credores não corrente no valor de 6.650.000,00 euros representam a totalidade de contas a pagar.

15. Rédito

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os saldos ocorridos foram como segue:

	<u>31-dez-18</u>	<u>31-dez-17</u>
<u>Rédito</u>		
Mercadorias	14.207,56	15.555,76
Produtos Acabados e Intermédios	58.952,90	63.714,51
Subprodutos, desperdícios, Resíduos e Refugos	0,00	0,00
Prestação de Serviços	825.007,09	1.410.074,86
Total	898.167,55	1.489.345,13

Verifica-se uma redução de vendas e diminuição de prestação de serviços, por força do processo de insolvência da Verdegolf, S.A., originando a não faturação dos resultados por conta do contrato de exploração dos campos de golfe.

16. Fornecimentos e Serviços Externos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os saldos ocorridos foram como segue:

	<u>31-dez-18</u>	<u>31-dez-17</u>
Trabalhos Especializados	99.924,50	131.221,91
Publicidade e Propaganda	3.683,13	15.824,42

Vigilância e Segurança	322,08	0
Honorários	47.173,00	57.604,00
Conservação e Reparação	111.294,78	188.860,55
Serviços Bancários	0,00	10.322,56
Outros Serviços	9.166,40	0
Ferramentas e Utens. Desgaste Rápido	14.627,23	19.788,67
Material de Escritório	4.323,64	4.126,12
Artigos para Oferta	161,02	1.950,60
Outros Materiais	2,05	0
Eletricidade	41.944,51	38.948,57
Combustíveis	74.998,53	79.441,28
Água	9.438,98	4.238,75
Outra Energia e Fluidos	1.465,85	1.860,19
Deslocações e Estadas	16.764,63	18.445,53
Transporte Mercadorias	670,39	135,53
Outras transportes	958	1.036,98
Rendas e Alugueres	11.889,15	12.164,22
Comunicação	15.692,11	15.427,42
Seguros	4.755,00	9.718,69
Contencioso e Notariado	549,15	246
Despesas de Representação	356,00	90,18
Limpeza e Higiene	22.494,99	18.928,30
Outros Serviços	2.195,31	2.309,67
Total	494.850,43	632.690,14

Redução generalizada das despesas gerais, sendo que estes gastos foram essenciais para o funcionamento e exploração normal da atividade das empresas.



17. Gastos com o Pessoal

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os saldos ocorridos foram como segue:

	<u>31-dez-18</u>	<u>31-dez-17</u>
Remunerações dos órgãos sociais	154.920,84	160.433,13
Remunerações do pessoal	965.682,05	941.856,07
Indemnizações	0,00	52.006,27
Encargos s/ remunerações	249.267,57	233.144,49
Seguros	20.772,22	20.299,25
Outros	6.156,73	9.042,45
Total	1.396.799,41	1.416.781,66

Gastos com pessoal sem variação expressiva.

18. Outros Rendimentos e Ganhos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os saldos ocorridos foram como segue:

	<u>31-dez-18</u>	<u>31-dez-17</u>
Rendimentos Suplementares	0,00	0,00
Descontos Pronto Pagamento	68,86	0,00
Ganhos em Investimentos	0,00	0,00
Outros	517.851,19	583.749,42
Total	517.920,05	583.749,42

Dos 517.920,05 euros contabilizados em outros proveitos, 384.913,56 euros dizem respeito à Imputação Subsídio para investimentos nos Hotéis das Flores e Graciosa e 57.166,80 euros dizem respeito à Pousada.

Restantes proveitos resultam de proveitos residuais e correções de exercícios anteriores.

19. Outros Gastos e Perdas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os saldos ocorridos foram como segue:

	<u>31-dez-18</u>	<u>31-dez-17</u>
Impostos	51.210,99	48.331,00
Taxas	3.495,95	1.579,12
Outros	4.703,00	207.298,54
Total	59.409,94	257.208,66

O valor de 51.210,99 euros inclui:

- IMI e imposto selo, impostos sobre transportes e despesas com operações bancárias.

O valor de 4.703,00 euros é referente a quotizações pagas a entidades externas.

20. Juros e Rendimentos Similares Obtidos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não se registaram proveitos ou rendimentos financeiros.

21. Juros e Gastos Similares Suportados

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018,e 2017 os saldos ocorridos foram como segue:

	<u>31-dez-18</u>	<u>31-dez-17</u>
<u>Juros de financiamentos suportados</u>		
Juros bancários	169.336,02	222.887,58
Juros de outros empréstimos	0,00	0,00
Juros compensatórios	0,00	0,00
Diferenças de cambio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros	29.454,31	26.926,26
Total	198.790,33	249.813,84

Estão representados os Juros bancários suportados sobre empréstimos de médio e longo prazo em período de carência, assim como sobre amortizações dos empréstimos, conforme plano financeiro existente.

As restantes despesas estão relacionadas com o cobrado pelos bancos, relacionadas com os financiamentos existentes.

22. Capitais Próprios

O capital está representado por 1.800.000 ações ao portador de valor nominal de cinco euros cada, pertencentes a:

Acionistas	Ações	
Nome	Número	Valor Nominal
Região Autónoma dos Açores	910.000	4.500.000,00
Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico	890.000	4.450.000,00
Total	1.800.000	9.000.000,00

Na sequência da Resolução do Conselho do Governo n.º 74/2018 de 20 de junho de 2018, ocorreu em 25 de outubro a transmissão das ações das empresas "SATA – Air Açores, SA " (5.000 ações no valor de 25.000,00 euros) e "Atlânticoline, SA" (5.000 ações valor de 25.000,00 euros), para a Região Autónoma dos Açores.

Variações na rubrica de Capitais Próprios

Contas	31-12-2017	31-12-2018	Variações
51 - Capital	9.000.000,00	9.000.000,00	0,00
55 - Reservas Legais	577.000,00	620.000,00	43.000,00
56 - Resultados transitados	2.061.516,48	4.060.827,71	1.999.311,23

57- Ajustamentos A. Financeiros	272.738,86	27.703,82	-245.035,04
59 - O. Variações Capital Próprio	933.695,56	584.828,34	-348.867,22
Resultados	845.267,73	1.974.614,12	1.129.346,39
Interesses que não Controlam (Pousada)	531.896,23	366.941,55	-164.954,68
Total do Capital Próprio	14.222.114,86	16.634.915,54	2.412.800,68

23. Subsídios destinados à Exploração

	<u>31-dez-18</u>	<u>31-dez-17</u>
<u>Subsídios à Exploração</u>		
Subsídios	3.740.000,00	2.615.000,00
Subsídios	19.585,00	31.346,57
Total	3.759.585,00	2.646.346,57

Durante o ano de 2018 a empresa recebeu 3.759.585,00 euros de subsídios destinados ao investimento e à exploração, nos quais se inclui o referente ao Contrato-Programa Coesão no valor de 3.740.000,00 euros e 19.585,00 euros relacionados com o programa Integra.

24. Imposto sobre o Rendimento Pessoas Coletivas

<u>Imposto corrente</u>	<u>31-dez-18</u>	<u>31-dez-17</u>
Tributações autónomas	0,00	0,00
Coleta	443.205,80	221.167,43
Derrama	0,00	0,00
	443.205,80	221.167,43
Imposto diferido	0,00	0,00
Imposto sobre o rendimento do período	443.205,80	221.167,43

Imposto calculado sobre o resultado, e com base nas taxas em vigor nos Açores.



25. Divulgações Exigidas por Diplomas Legais

Foi pago a título de honorários por auditoria e certificação legal das contas o montante de 11.136,00 euros.

Em 2018 as contas consolidadas do grupo “Ilhas de Valor, S.A. ”, dizem respeito às empresas Ilhas de Valor, S.A e “ Pousada da Juventude Caldeira de Santo Cristo, Lda”.

26. Acontecimentos após o fecho

Não houve alterações após o fecho do exercício.

27. Data de emissão

A Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras a 04 de abril de 2019.

O Contabilista Certificado n.º 456

Fernando Soares

A Administração

Lupão Almeida
Diana da Costa



9.7. Mapas Orçamentais Consolidados

No que respeita às regras e métodos observados na consolidação, incluindo a identificação dos procedimentos de homogeneização e agregação dos dados e de eliminação das operações intraperímetro, as regras adotadas são as seguintes:

Plano de contas central

O Plano de contas financeiro para as entidades do perímetro é o que consta do Plano de contas multidimensional (PCM), publicado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro que aprova o SNC-AP.

O Plano de contas orçamental para as entidades do perímetro é o que consta na NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental, do SNC-AP.

O plano de contas central é o denominador comum entre ambos os planos e foi definido pela UNILEO em anexo, com base no (PCM).

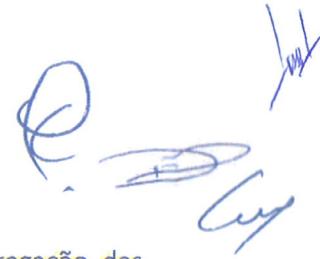
A correspondência entre a classificação económica (DL n.º 26/2002, de 14 de fevereiro) e as rubricas das demonstrações orçamentais do SNC-AP foi efetuado conforme disponibilizado pela UNILEO.

Hierarquias de consolidação

A Ilhas de Valor, S.A. (IV) é responsável pela consolidação das contas do Grupo Público ILHAS DE VALOR, estando incluída nesta a sociedade Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo, Lda. (PJCSC).

Nível dos classificadores orçamentais aplicado na consolidação

O nível dos classificadores orçamentais aplicado foi o das rubricas das demonstrações orçamentais do SNC-AP.



Procedimentos de homogeneização e agregação dos dados

A preparação das demonstrações orçamentais consolidadas realizou-se pela agregação das diferentes rubricas de obrigações, de pagamentos, de liquidações e de recebimentos, segundo a natureza das operações, constantes das demonstrações orçamentais anuais individuais.

Procedimentos de eliminação das operações internas

Durante o exercício de 2018 existiram operações financeiras entre as entidades do grupo, nomeadamente o reforço de empréstimos, detalhadas no processo de homogeneização e agregação dos dados, operações estas que foram eliminadas no processo de consolidação.

As operações internas são as que constam no quadro de operações internas de homogeneização e agregação dos dados em baixo.

Método de consolidação financeira

O método de consolidação adotado foi o método de simples agregação, que consiste na soma, linha por linha, das demonstrações financeiras das entidades pertencentes ao grupo público.

Método de consolidação orçamental

O método de consolidação adotado foi o método da consolidação simples, traduzindo-se na soma algébrica de rubricas equivalentes de liquidações e obrigações do ano corrente, bem como dos recebimentos e pagamentos da gerência, constantes nas demonstrações orçamentais individuais das entidades pertencentes ao grupo público.



Ilhas de Valor
Parceiros Profissionais

Pousada da Juventude da
Caldeira de Santo Cristo, Lda

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

9.7.1. Operações Internas – Recebimentos e pagamentos

OPERAÇÕES INTERNAS - RECEBIMENTOS | PAGAMENTOS

Descrição	Valor	Recebimentos		Pagamentos	
		Entidade	Rubrica	Entidade	Rubrica
Reforço de financiamento da empresa mãe à participada	92 073,00	IV	R10	PJCSC	D9

IV- Ilhas de Valor, S.A.

PJCSC – Pousada da
Juventude da Caldeira do
Santo Cristo, Lda.

Procedimentos de homogeneização e agregação dos dados

		RECEBIMENTOS										
		Receta Cobrada Liq.				Operações Internas					Total Grupo	
		Ilhas de Valor	Pousada	Ilhas de Valor	Pousada							
Rubrica	RECEBIMENTOS	2018	2018	2017	2017	1	2	3	4	5	2018	2017
	Saldo de gerência anterior											
	Operações orçamentais [1]	131 186,24	1 545,17	0,00	0,00						132 731,41	0,00
	Restituição do saldo oper. Orçamentais	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00
	Operações de tesouraria [A]	51 855,00	36,00	0,00	0,00						51 891,00	0,00
	Receta corrente	898 167,55	0,00	0,00	0,00						898 167,55	0,00
R1	Receta fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00
R1.1	Impostos diretos	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00
R1.2	Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00
R4	Rendimentos de propriedade	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00
R5	Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00
R5.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00
R5.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00
R5.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00
R5.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00
R5.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00
R5.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00
R5.2	Exterior - UE	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00
R5.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	898 167,55	0,00	0,00	0,00						898 167,55	0,00
R7	Outras receitas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00
	Receta de capital	8 491 134,13	92 073,00	0,00	0,00						8 583 207,13	0,00
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00
R9	Transferências de Capital	7 740 000,00	0,00	0,00	0,00						7 740 000,00	0,00
R9.1	Administrações Públicas	7 740 000,00	0,00	0,00	0,00						7 740 000,00	0,00
R9.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00
R9.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00
R9.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00
R9.1.4	Administração Regional	7 740 000,00	0,00	0,00	0,00						7 740 000,00	0,00
R9.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00
R9.2	Exterior - UE	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00
R9.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	751 134,13	92 073,00	0,00	0,00	-92 073,00					751 134,13	0,00
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00
	Receta efetiva [2]	9 389 301,68	92 073,00	0,00	0,00						9 389 301,68	0,00
	Receta não efetiva [3]	700 000,00	0,00	0,00	0,00						700 000,00	0,00
R12	Receta com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00
R13	Receta com passivos financeiros	700 000,00	0,00	0,00	0,00						700 000,00	0,00
	Receta Total [4] = [1]+[2]+[3]	10 220 487,92	93 618,17	0,00	0,00						10 222 033,09	0,00
	Operações de tesouraria [B]	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00



Ilhas de Valor
Parceiros. Profissionais.

Pousada da Juventude da
Caldeira de Santo Cristo, Lda

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Procedimentos de homogeneização e agregação dos dados

		PAGAMENTOS											
		Despesa Paga Liq.				Operações Internas					Total Grupo		
		Ilhas de Valor	Pousada	Ilhas de Valor	Pousada								
Rubrica	PAGAMENTOS	2018	2018	2017	2017	1	2	3	4	5	2018	2017	
	Despesa corrente	3 193 784,07	19 496,18	0,00	0,00						3 213 280,25	0,00	
D1	Despesas com o pessoal	1 405 034,99	0,00	0,00	0,00						1 405 034,99	0,00	
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	1 083 546,14	0,00	0,00	0,00						1 083 546,14	0,00	
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	48 265,80	0,00	0,00	0,00						48 265,80	0,00	
D1.3	Segurança social	273 223,05	0,00	0,00	0,00						273 223,05	0,00	
D2	Aquisição de bens e serviços	944 195,07	13 063,53	0,00	0,00						957 258,60	0,00	
D3	Juros e outros encargos	198 790,33	32,76	0,00	0,00						198 823,09	0,00	
D4	Transferências correntes	4 703,00	0,00	0,00	0,00						4 703,00	0,00	
D4.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00	
D4.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00	
D4.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00	
D4.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00	
D4.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00	
D4.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00	
D4.2	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00	
D4.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00	
D4.4	Outras	4 703,00	0,00	0,00	0,00						4 703,00	0,00	
D5	Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00	
D6	Outras despesas correntes	641 060,68	6 399,89	0,00	0,00						647 460,57	0,00	
	Despesa de capital	5 442 769,50	1 292,10	0,00	0,00						5 444 061,60	0,00	
D7	Investimento	1 221 510,86	1 292,10	0,00	0,00						1 222 802,96	0,00	
D8	Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00	
D8.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00	
D8.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00	
D8.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00	
D8.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00	
D8.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00	
D8.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00	
D8.2	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00	
D8.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00	
D8.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00	
D9	Outras despesas de capital	4 221 268,64	0,00	0,00	0,00	-92 073,00					4 129 185,64	0,00	
	Despesa efetiva [5]	8 636 553,57	20 788,28	0,00	0,00						8 655 268,85	0,00	
	Despesa não efetiva [6]	971 039,20	70 998,02	0,00	0,00						1 042 037,22	0,00	
D10	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00	
D11	Despesa com passivos financeiros	971 039,20	70 998,02	0,00	0,00						1 042 037,22	0,00	
	Despesa Total [7]=[5]+[6]	9 607 592,77	91 786,30	0,00	0,00						9 697 306,07	0,00	
	Operações de tesouraria [C]	51 855,00	38,00	0,00	0,00						51 891,00	0,00	
Saldo para a gestão seguinte													
	Operações orçamentais [8]=[4]-[7]	612 895,15	1 831,87	0,00	0,00						614 727,02	0,00	
	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00	
	Saldo global [2]-[5]	752748,11	71284,72	0,00	0,00						824 032,83	0,00	
	Despesa primária	8 437 763,24	20 755,52	0,00	0,00						8 366 445,76	0,00	
	Saldo corrente	-2 295 616,52	-19 496,18	0,00	0,00						-2 315 112,70	0,00	
	Saldo de capital	3 048 364,63	90 780,90	0,00	0,00						3 139 145,53	0,00	
	Saldo primário	951 538,44	71 317,48	0,00	0,00						1 022 855,92	0,00	
	Receita total [1]+[2]+[3]	10 220 487,92	93 618,17	0,00	0,00						10 222 033,09	0,00	
	Despesa total [5]+[6]	9 607 592,77	91 786,30	0,00	0,00						9 697 306,07	0,00	

9.7.2. Operações Internas – Liquidações e obrigações

OPERAÇÕES INTERNAS - LIQUIDAÇÕES | COBRANÇAS

Descrição	Valor	Liquidação		Obrigação	
		Entidade	Rubrica	Entidade	Rubrica
Reforço de financiamento da empresa mãe à participada	92 073,00	IV	R10	PJCSC	D9

IV- Ilhas de Valor, S.A.

PJCSC – Pousada da
Juventude da Caldeira do
Santo Cristo, Lda.

Procedimentos de homogeneização e agregação dos dados

Rubrica LIQUIDAÇÕES		LIQUIDAÇÕES										Simples Agregação	
		Receta Ilquida - Ano corrente				Operações Internas							
		Ilhas de Valor	Pousada	Ilhas de Valor	Pousada								
		2018	2018	2017	2017	1	2	3	4	5	2018	2017	
Receta corrente		1 058 475,58	0,00	0,00	0,00						1 058 475,58	0,00	
R1	Receita fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00	
R1.1	Impostos diretos	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00	
R1.2	Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00	
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00	
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00	
R4	Rendimentos de propriedade	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00	
R5	Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00	
R5.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00	
R5.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00	
R5.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00	
R5.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00	
R5.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00	
R5.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00	
R5.2	Exterior - UE	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00	
R5.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00	
R6	Venda de bens e serviços	1 058 475,58	0,00	0,00	0,00						1 058 475,58	0,00	
R7	Outras receitas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00	
Receta de capital		8 491 134,13	92 073,00	0,00	0,00						8 583 207,13	0,00	
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00	
R9	Transferências de Capital	7 740 000,00	0,00	0,00	0,00						7 740 000,00	0,00	
R9.1	Administrações Públicas	7 740 000,00	0,00	0,00	0,00						7 740 000,00	0,00	
R9.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00	
R9.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00	
R9.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00	
R9.1.4	Administração Regional	7 740 000,00	0,00	0,00	0,00						7 740 000,00	0,00	
R9.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00	
R9.2	Exterior - UE	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00	
R9.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00	
R10	Outras receitas de capital	751 134,13	92 073,00	0,00	0,00	-92 073,00					751 134,13	0,00	
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00	
		0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00	
Receta efetiva [2]		9 549 609,71	92 073,00	0,00	0,00						9 549 609,71	0,00	
Receta não efetiva [3]		700 000,00	0,00	0,00	0,00						700 000,00	0,00	
R12	Receta com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00	
R13	Receta com passivos financeiros	700 000,00	0,00	0,00	0,00						700 000,00	0,00	
Receta Total [4]=[1]+[2]+[3]		10 249 609,71	92 073,00	0,00	0,00	-92 073,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10 249 609,71	0,00	

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Procedimentos de homogeneização e agregação dos dados

		OBRIGAÇÕES										
		Obrigações líquidas - Ano corrente				Operações Internas					Simples Agregação	
		Ilhas de Valor	Pousada	Ilhas de Valor	Pousada							
Rubrica	OBRIGAÇÕES	2018	2018	2017	2017	1	2	3	4	5	2018	2017
	Despesa corrente	3 309 574,57	19 708,58	0,00	0,00						3 329 283,15	0,00
D1	Despesas com o pessoal	1 468 585,12	0,00	0,00	0,00						1 468 585,12	0,00
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	1 096 551,08	0,00	0,00	0,00						1 096 551,08	0,00
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	48 265,80	0,00	0,00	0,00						48 265,80	0,00
D1.3	Segurança social	323 768,24	0,00	0,00	0,00						323 768,24	0,00
D2	Aquisição de bens e serviços	994 159,54	13 275,93	0,00	0,00						1 007 435,47	0,00
D3	Juros e outros encargos	198 790,33	32,76	0,00	0,00						198 823,09	0,00
D4	Transferências correntes	4 703,00	0,00	0,00	0,00						4 703,00	0,00
D4.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00
D4.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00
D4.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00
D4.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00
D4.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00
D4.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00
D4.2	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00
D4.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00
D4.4	Outras	4 703,00	0,00	0,00	0,00						4 703,00	0,00
D5	Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00
D6	Outras despesas correntes	643 336,58	6 399,89	0,00	0,00						649 736,47	0,00
	Despesa de capital	5 442 769,50	1 292,10	0,00	0,00						5 444 061,60	0,00
D7	Investimento	1 221 510,86	1 292,10	0,00	0,00						1 222 802,96	0,00
D8	Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00
D8.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00
D8.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00
D8.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00
D8.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00
D8.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00
D8.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00
D8.2	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00
D8.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00
D8.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00
D9	Outras despesas de capital	4 221 258,64	0,00	0,00	0,00	-92 073,00					4 129 185,64	0,00
	Despesa efetiva [5]	8 752 344,07	21 000,68	0,00	0,00						8 681 271,75	0,00
	Despesa não efetiva [6]	971 039,20	70 998,02	0,00	0,00						1 042 037,22	0,00
D10	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	0,00
D11	Despesa com passivos financeiros	971 039,20	70 998,02	0,00	0,00						1 042 037,22	0,00
	Despesa Total [7]=[5]+[6]	9 723 383,27	91 998,70	0,00	0,00	-92 073,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9 723 308,97	0,00

9.7.3. Demonstração consolidada do desempenho orçamental

[Handwritten signatures and initials]

Demonstração consolidada do desempenho orçamental

Grupo Público - Ilhas de Valor
Gestão de 01-01-2018 a 31-12-2018

Rubrica	RECEBIMENTOS	2018	2017	Rubrica	PAGAMENTOS	2018	2017
	Saldo de gestão anterior						
	Operações orçamentais (1)	132 731,41	0,00				
	Restituição do saldo oper. Orçamentais						
	Operações de tesouraria (A)	51 891,00	0,00				
	Receita corrente	898 167,55	0,00		Despesa corrente	3 213 280,25	0,00
R1	Receita fiscal	0,00	0,00	D1	Despesas com o pessoal	1 405 034,99	0,00
R1.1	Impostos diretos	0,00	0,00	D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	1 083 546,14	0,00
R1.2	Impostos Indiretos	0,00	0,00	D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	48 265,80	0,00
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	D1.3	Segurança social	273 223,05	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	D2	Aquisição de bens e serviços	957 258,60	0,00
R4	Rendimentos de propriedade	0,00	0,00	D3	Juros e outros encargos	198 823,09	0,00
R5	Transferências Correntes	0,00	0,00	D4	Transferências correntes	4 703,00	0,00
R5.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	D4.1	Administrações Públicas	0,00	0,00
R5.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	D4.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00
R5.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	D4.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00
R5.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	D4.1.3	Segurança Social	0,00	0,00
R5.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	D4.1.4	Administração Regional	0,00	0,00
R5.1.5	Administração Local	0,00	0,00	D4.1.5	Administração Local	0,00	0,00
R5.2	Exterior - UE	0,00	0,00	D4.2	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00
R5.3	Outras	0,00	0,00	D4.3	Famílias	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	898 167,55	0,00	D4.4	Outras	4 703,00	0,00
R7	Outras receitas correntes	0,00	0,00	D5	Subsídios	0,00	0,00
	Receita de capital	8 491 134,13	0,00	D6	Outras despesas correntes	647 460,57	0,00
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00		Despesa de capital	5 351 988,60	0,00
R9	Transferências de Capital	7 740 000,00	0,00	D7	Investimento	1 222 802,96	0,00
R9.1	Administrações Públicas	7 740 000,00	0,00	D8	Transferências de capital	0,00	0,00
R9.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	D8.1	Administrações Públicas	0,00	0,00
R9.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	D8.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00
R9.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	D8.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00
R9.1.4	Administração Regional	7 740 000,00	0,00	D8.1.3	Segurança Social	0,00	0,00
R9.1.5	Administração Local	0,00	0,00	D8.1.4	Administração Regional	0,00	0,00
R9.2	Exterior - UE	0,00	0,00	D8.1.5	Administração Local	0,00	0,00
R9.3	Outras	0,00	0,00	D8.2	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	751 134,13	0,00	D8.3	Famílias	0,00	0,00
R11	Reposição não abelidas aos pagamentos	0,00	0,00	D8.4	Outras	0,00	0,00
				D9	Outras despesas de capital	4 129 185,64	0,00
	Receita efetiva [2]	9 389 301,68	0,00		Despesa efetiva [5]	8 565 268,85	0,00
	Receita não efetiva [3]	700 000,00	0,00		Despesa não efetiva [6]	1 042 037,22	0,00
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	D10	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00
R13	Receita com passivos financeiros	700 000,00	0,00	D11	Despesa com passivos financeiros	1 042 037,22	0,00
	Receita Total [4] = [1]+[2]+[3]	10 222 033,09	0,00		Despesa Total [7]=[5]+[6]	9 607 306,07	0,00
	Operações de tesouraria [B]	0,00	0,00		Operações de tesouraria [C]	51 891,00	0,00
					Saldo para a gestão seguinte		
					Operações orçamentais [8]=[4]-[7]	614 727,02	0,00
					Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	0,00	0,00
					Saldo global [Z]=[5]	824 032,83	0,00
					Despesa primária	8 368 445,76	0,00
					Saldo corrente	-2 315 112,70	0,00
					Saldo de capital	3 139 145,53	0,00
					Saldo primário	1 022 855,92	0,00
					Receita total [1]+[2]+[3]	10 222 033,09	0,00
					Despesa total [5]+[6]	9 607 306,07	0,00

9.7.4. Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza

Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza

Grupo Público - Ilhas de Valor

Gerência de 01-01-2018 a 31-12-2018

Rubrica	LIQUIDAÇÕES	2018	2017	Rubrica	OBRIGAÇÕES	2018	2017
	Receita corrente	1 058 475,58	0,00		Despesa corrente	3 329 283,15	0,00
R1	Receita fiscal	0,00	0,00	D1	Despesas com o pessoal	1 468 585,12	0,00
R1.1	Impostos diretos	0,00	0,00	D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	1 096 551,08	0,00
R1.2	Impostos indiretos	0,00	0,00	D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	48 265,80	0,00
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	D1.3	Segurança social	323 768,24	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	D2	Aquisição de bens e serviços	1 007 435,47	0,00
R4	Rendimentos de propriedade	0,00	0,00	D3	Juros e outros encargos	198 823,09	0,00
R5	Transferências Correntes	0,00	0,00	D4	Transferências correntes	4 703,00	0,00
R5.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	D4.1	Administrações Públicas	0,00	0,00
R5.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	D4.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00
R5.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	D4.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00
R5.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	D4.1.3	Segurança Social	0,00	0,00
R5.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	D4.1.4	Administração Regional	0,00	0,00
R5.1.5	Administração Local	0,00	0,00	D4.1.5	Administração Local	0,00	0,00
R5.2	Exterior - UE	0,00	0,00	D4.2	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00
R5.3	Outras	0,00	0,00	D4.3	Famílias	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	1 058 475,58	0,00	D4.4	Outras	4 703,00	0,00
R7	Outras receitas correntes	0,00	0,00	D5	Subsídios	0,00	0,00
	Receita de capital	8 491 134,13	0,00	D6	Outras despesas correntes	649 736,47	0,00
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00		Despesa de capital	5 351 988,60	0,00
R9	Transferências de Capital	7 740 000,00	0,00	D7	Investimento	1 222 802,96	0,00
R9.1	Administrações Públicas	7 740 000,00	0,00	D8	Transferências de capital	0,00	0,00
R9.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	D8.1	Administrações Públicas	0,00	0,00
R9.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	D8.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00
R9.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	D8.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00
R9.1.4	Administração Regional	7 740 000,00	0,00	D8.1.3	Segurança Social	0,00	0,00
R9.1.5	Administração Local	0,00	0,00	D8.1.4	Administração Regional	0,00	0,00
R9.2	Exterior - UE	0,00	0,00	D8.1.5	Administração Local	0,00	0,00
R9.3	Outras	0,00	0,00	D8.2	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	751 134,13	0,00	D8.3	Famílias	0,00	0,00
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	0,00	0,00	D8.4	Outras	0,00	0,00
				D9	Outras despesas de capital	4 129 185,64	0,00
	Receita efetiva [2]	9 549 609,71	0,00		Despesa efetiva [5]	8 681 271,75	0,00
	Receita não efetiva [3]	700 000,00	0,00		Despesa não efetiva [6]	1 042 037,22	0,00
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	D10	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00
R13	Receita com passivos financeiros	700 000,00	0,00	D11	Despesa com passivos financeiros	1 042 037,22	0,00
	Receita Total [4]=[1]+[2]+[3]	10 249 609,71	0,00		Despesa Total [7]=[5]+[6]	9 723 308,97	0,00



Ilhas de Valor
Parceiros Profissionais

Pousada da Juventude da
Caldeira de Santo Cristo, Lda

[Handwritten signatures]

10. Relatório e Certificação Legal das Contas

Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

EXERCÍCIO DE 2018

(Contas Consolidadas)

Senhores Acionistas:

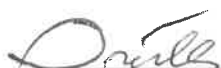
Em conformidade com as disposições legais aplicáveis, vimos apresentar o nosso relatório sobre a fiscalização das contas consolidadas da **ILHAS DE VALOR, S.A.**, em referência ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, as quais, em conjunto com o relatório consolidado de gestão, nos foram submetidas para exame pelo Conselho de Administração nos termos do disposto no nº 1 do artigo 508º-D do Código das Sociedades Comerciais.

Ao mesmo tempo, damos o nosso Parecer sobre os mesmos documentos.

RELATÓRIO

Verificámos que o perímetro de consolidação foi definido pela **ILHAS DE VALOR, S.A.**, como empresa consolidante, de harmonia com o estabelecido no Decreto-Lei nº 98/2015, de 02 de Junho, e que nos seus aspectos essenciais foram apropriadamente aplicadas as normas de consolidação de contas publicadas no mencionado diploma legal.

O relatório consolidado de gestão satisfaz de um modo geral os requisitos exigidos pelo artigo 508º-C do Código das Sociedades Comerciais e verificámos que existe concordância do seu conteúdo com as contas da consolidação.



Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

Em face do exposto, e dado não se nos ter deparado qualquer aspecto que afecte
materialmente a imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados
do conjunto das empresas compreendidas na consolidação, somos de

PARECER

que a Assembleia Geral aprove o relatório consolidado de gestão e as contas
consolidadas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.

Ponta Delgada, 05 de Abril de 2019

O FISCAL ÚNICO



Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda.
representada por
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)

Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da ILHAS DE VALOR, S.A., que compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2018 (que evidencia um total de 41.476.392 euros e um total de património líquido de 16.634.916 euros, incluindo um resultado líquido de 1.974.614 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e os mapas orçamentais consolidados, que evidenciam um total de 9.607.806 euros de despesa paga e um total de 10.222.533 euros de receita cobrada, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da ILHAS DE VALOR, S.A. em 31 de Dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados e os mapas orçamentais consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Rua Dr. Caetano de Andrade, n.º 5 - 2.º Centro • 9500-037 Ponta Delgada
Apartado 120 • EC VASCO DA GAMA (PONTA DELGADA) • 9501-902 Ponta Delgada
Telefone / Fax n.º 296 628 240 • E-mail: dufetag@gmail.com

NIPC e Matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada sob o N.º 512 093 350
Inscrita na Lista de Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 199 e na CMVM sob o n.º 20161497

Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

Ênfase

As demonstrações financeiras consolidadas da ILHAS DE VALOR, S.A. até 31 de Dezembro de 2017 foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos constantes do Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Relativamente às demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, as mesmas foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Estas demonstrações financeiras consolidadas constituem, assim, as primeiras preparadas pela Empresa de acordo com o novo normativo.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP);
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a

 continuidade das atividades.

Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Ponta Delgada, 05 de Abril de 2019



Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda.
representada por
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº520)